



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - FACL  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

GABRIELA DE NAZARÉ RODRIGUES GOMES

**A HISTÓRIA DO LIVRO ESCOLAR NO PARÁ: A *GRAMMATICA PORTUGUEZA* DE  
JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DO  
PORTUGUÊS NO BRASIL**

ABAETETUBA /PA

2024

GABRIELA DE NAZARÉ RODRIGUES GOMES

**A HISTÓRIA DO LIVRO ESCOLAR NO PARÁ: A *GRAMMATICA PORTUGUEZA* DE  
JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DO  
PORTUGUÊS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduação em licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Profª. Dra. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA /PA

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

G633h Gomes, Gabriela de Nazaré Rodrigues.  
A HISTÓRIA DO LIVRO ESCOLAR NO PARÁ : A  
GRAMMÁTICA PORTUGUEZA DE JULIO CEZAR RIBEIRO  
DE SOUZA E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DO  
PORTUGUÊS NO BRASIL / Gabriela de Nazaré Rodrigues  
Gomes. — 2024.  
75 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Raimunda Dias Duarte  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua  
Portuguesa, Abaetetuba, 2024.

1. História das ideias linguísticas. 2. Gramatização. 3.  
Grammatica Portuguesa. 4. autores paraenses. 5. Julio Cezar  
Ribeiro de Souza. I. Título.

---

CDD 417

GABRIELA DE NAZARÉ RODRIGUES GOMES

**A HISTÓRIA DO LIVRO ESCOLAR NO PARÁ: A GRAMMATICA  
PORTUGUEZA DE JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA E O PROCESSO DE  
GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduação em licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte.

Data da avaliação: 04/11/2024.

Conceito: Excelente.


**Banca Examinadora:**

Documento assinado digitalmente  
 RAIMUNDA DIAS DUARTE  
Data: 20/11/2024 09:44:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte


Orientadora – UFPA

Documento assinado digitalmente  
 FRANCISCA MARIA CARVALHO  
Data: 26/11/2024 10:22:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Francisca Maria Carvalho

Examinador UFPA

Documento assinado digitalmente  
 CAMILLE CARDOSO MIRANDA  
Data: 22/11/2024 10:05:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Camille Cardoso Miranda

Examinadora UFPA

A Deus e aos meus pais por todo o apoio e  
compreensão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por todas as graças alcançadas.

Agradeço a Nossa Senhora da Conceição e a São Benedito pela intercessão a Deus em todos as minhas orações.

Aos meus pais, Jhosemir Vilhena Gomes e Maria José Correa Rodrigues, que dedicaram e dedicam as suas vidas por mim. Eu amo vocês com todas as minhas forças!

Ao Ronald Manoel, meu amado namorado, por todo o apoio antes e durante a escrita deste trabalho. Sou muito abençoada por Deus por ter você em minha vida!

À Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte por toda a paciência, carinho e compreensão durante a escrita dessa pesquisa. A senhora é uma pessoa maravilhosa e muito importante em minha vida!

Aos meus pets: Glória, Bernardo, Bethovem, Spike, Fofinha, Mel, Bob, Negão, Douglas e aos outros queridos amigos que fizeram parte da minha infância. Vocês são umas das principais razões da minha felicidade.

Agradeço aos meus sogros, Marcia Cristina e Reginaldo, por todo o carinho e pelas vivências incríveis que me proporcionaram.

Ao professor José Maria, da escola Bernardino Pereira Barros, que me oportunizou experiências na carreira docente. O senhor é uma grande inspiração!

Aos meus avós, Mirian e João Rodrigues por todo amor. Sinto tanta saudade de vocês!

Aos meus avós, Maria Izabel e João Quaresma, que sempre me apoiaram nessa jornada.

À d. Lúcia, que sempre serei grata pela amizade, carinho e cuidado enquanto estivemos juntas e até estando distante uma da outra!

Aos meus amigos da universidade: Jane, Patrícia, Marciara, Pedro, Viviane e Marlene. Vocês sempre estarão em meu coração!

À Escola Basílio de Carvalho, que me oportunizou muitos aprendizados. Essa escola faz parte da história de toda a minha família, e sou a grata a Deus por isso!

À Divisão de Acessibilidade e à Biblioteca do Campus de Abaetetuba, e às pessoas maravilhosas que fazem parte de suas respectivas coordenações, que contribuíram imensamente para minha jornada acadêmica e maturidade pessoal.

O historiador reconhece a importância da abordagem ideológica e cultural, entretanto, ressalta que investigar os livros didáticos apenas sob esse ponto de vista é tratá-los tão somente como documentos históricos (Duarte, 2018, p. 40).

## RESUMO

O campo de estudo sobre a história do livro no Brasil tem ganhado bastante destaque na Amazônia nos últimos anos. O Grupo de Estudos em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), que desenvolve seus estudos na área desde 2016, tem se concentrado na história de livros escolares de leitura e gramáticas primárias produzidas no Pará durante o período que abrange a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Esta pesquisa, vinculada ao GEHLDA, tem por objetivo geral compreender a importância da *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar Ribeiro de Souza no processo de gramatização do português no Brasil. Para alcançar esse objetivo, busca-se descrever a *Grammatica Portugueza* sob o aspecto linguístico e analisar fenômenos linguísticos da *Grammatica* que apresentam marcas do processo de gramatização do português no Brasil. A pesquisa se fundamenta principalmente nos estudos realizados no campo da História das ideias linguísticas, conforme postulado por Auroux (2014) e Colombat; Fournier; Puech (2017), além da abordagem sobre a história do livro escolar no Pará, com base em Duarte (2018). Os resultados mostram que a *Grammatica Portugueza* do intelectual paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza, publicada em 1872, atendeu às leis prescritas pela província do Pará que exigiam que as gramáticas primárias deveriam estar de acordo com a tradição gramatical portuguesa pautada na concepção filosófica da língua. No entanto, o gramático paraense não se rendeu completamente às exigências lusitanas e apresenta, em notas de rodapé, sua análise crítica sobre a língua portuguesa, contribuindo para o processo de gramatização do português no Brasil.

**Palavras – Chave:** História das ideias linguísticas; Gramatização; *Grammatica Portugueza*; autores paraenses; Julio Cezar Ribeiro de Souza.

## ABSTRACT

The field of study on the history of the book in Brazil has gained significant attention in the Amazon in recent years. The Study Group on the History of Textbooks in the Amazon (GEHLDA), which has been conducting research in this area since 2016, has focused on the history of school books for reading and primary grammars produced in Pará during the period covering the second half of the 19th century and the early 20th century. This research, linked to GEHLDA, aims to understand the importance of *Grammatica Portugueza* by Julio Cezar Ribeiro de Souza in the process of grammatical standardization of Portuguese in Brazil. To achieve this goal, the study seeks to describe *Grammatica Portugueza* from a linguistic perspective and analyze linguistic phenomena in the grammar that show signs of the process of grammaticalization of Portuguese in Brazil. The research is primarily based on studies in the field of the History of Linguistic Ideas, as proposed by Auroux (2014) and Colombat, Fournier, and Puech (2017), in addition to the approach on the history of the schoolbook in Pará, based on Duarte (2018). The results show that the *Grammatica Portugueza* by the Pará intellectual Julio Cezar Ribeiro de Souza, published in 1872, met the requirements set by the province of Pará, which stipulated that primary grammars should adhere to the Portuguese grammatical tradition based on the philosophical conception of language. However, the Pará grammarian did not fully conform to the Portuguese requirements and, in footnotes, presented his critical analysis of the Portuguese language, contributing to the process of grammatical standardization of Portuguese in Brazil.

**Keywords:** History of Linguistic Ideas; Grammaticization; *Grammatica Portugueza*; Julio Cezar; authors from Pará; Julio Cezar Ribeiro de Souza.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1 – O horizonte de retrospecção e a atividade cognitiva do autor .....	20
Quadro 2 – Processo de gramatização massiva à Abordagem Descritivo-comparativa baseado nos estudos de Auroux (2014) .....	25
Imagem 1 – Júlio César Ribeiro Vaughan e capa da Grammatica Portugueza (1881) .....	38
Imagem 2 – Julio Cezar Ribeiro Souza.....	45
Imagem 3 – Imagem do soneto de Julio Cezar Ribeiro Souza .....	46
Imagem 4 – Aeroporto Internacional de Belém .....	48
Imagem 5 – Escola de ensino infantil e fundamental Julio Cezar .....	49
Imagem 6 – Capa da Grammatica Portugueza, 1872 .....	55
Gráfico 1 – Divisão do conteúdo na Grammatica Portugueza .....	57

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Notas de rodapé presentes na Grammatica Portuguesa.....	58
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS.....</b>	<b>15</b>
2.1.1 HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO E O PAPEL DO HISTORIADOR .....	17
<b>2.2 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS.....</b>	<b>22</b>
2.2.1 EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM.....	28
2.2.2 AS GRAMÁTICAS E SEUS SABERES.....	30
2.2.3 A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	31
2.2.4 NORMALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ NO SÉCULO XIX...	39
2.2.5 JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA: ILUSTRE INVENTOR E GRAMÁTICO INOVADOR.....	44
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>51</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>54</b>
<b>4.1 A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO PARÁ: A <i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i> DE JULIO CEZAR .....</b>	<b>54</b>
<b>4.2 A <i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>: ANÁLISE LINGUÍSTICA.....</b>	<b>58</b>
<b>4.3 A <i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i> E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL.....</b>	<b>67</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em História das Ideias Linguísticas permite o (re)conhecimento do saber construído sobre uma língua e o processo de construção do saber metalinguístico por meio de gramáticas e dicionários (Auroux, 2014). Nesse sentido, o papel do historiador é primordial ao estudo da fonte do saber de uma língua para compreender em qual tempo e espaço determinado a obra está inserida para entendermos os conhecimentos que influenciaram o processo de gramatização língua.

No Pará, O Grupo de Estudos em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), tem se concentrado em estudos históricos e linguísticos de livros escolares de leitura e gramáticas primárias produzidos no Pará durante o período que abrange o século XIX e o início do século XX e concentra seu principal estudo em Duarte (2018). Tendo como um dos seus objetos de estudo as gramáticas portuguesas, as pesquisas desenvolvidas pelo grupo têm mostrado a grande importância desses compêndios para a constituição da história do livro e das edições didáticas no Brasil.

Uma das obras de destaque nos estudos do GEHLDA é a *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar Ribeiro de Souza, publicada em 1872. A obra obteve reconhecimento pelo Conselho de Instrução Pública da Província do Pará e foi premiada por ser uma referência para o ensino da língua portuguesa em escolas da província do Pará. O compêndio teve grande aceitação na instrução pública primária paraense e foi considerada um dos melhores compêndios da época (Souza, 1872). As inovações e revoluções do autor, prescritas em notas de rodapé colocam a *Grammatica Portugueza* no cenário que discute o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil.

Diante do exposto, surge a seguinte problematização que irá nortear essa pesquisa: Qual a importância da *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar Ribeiro de Souza, para o processo de gramatização do português no Brasil? Para responder esta pergunta, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa analisar a importância da *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar Ribeiro de Souza, para o processo de gramatização do português no Brasil. Para alcançar este objetivo, buscamos: a) descrever a *Grammatica Portugueza* sob o aspecto linguístico e b) compreender fenômenos linguísticos da *Grammatica Portugueza* que apresentam marcas do processo de gramatização do português no Brasil.

Os procedimentos teórico-metodológicos deste estudo baseiam-se na História das Ideias Linguísticas, seguindo uma abordagem que combina pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica envolveu a consulta a livros e artigos científicos que serviram como fundamentação teórico-metodológica para analisar a *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar, autor paraense, e importância da obra para o processo de gramatização do português no Brasil. No contexto da história das ideias linguísticas foram usados os trabalhos de Colombat, Fournier e Puech (2017), Fávero e Molina (2004), entre outros. Levou-se em consideração as pesquisas de Duarte (2018; 2021; 2022), entre outros autores, com o intuito de compreender a história do livro no Pará. Observou-se as análises de Leite (2018) para a compreensão do método de análise física para a aplicação no estudo da gramática de Julio Cezar por um viés linguístico. Com esses autores, foi possível entender, por uma concepção linguística, que as ideias de Julio Cezar não se prendem a cronologias ou a teorias. Essa metodologia permite uma abordagem crítica e detalhada da gramática, considerando tanto seu contexto de produção quanto suas implicações para a formação de uma norma gramatical que reflita a realidade linguística brasileira.

A metodologia deste estudo permite uma abordagem crítica e detalhada da *Grammatica Portugueza*, considerando tanto seu contexto de produção quanto suas implicações para a formação de uma norma gramatical que reflita a realidade linguística brasileira. O estudo envolve uma análise linguística da *Grammatica Portugueza*, considerando as ideias linguísticas postuladas por Julio Cezar Ribeiro de Souza.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: no Capítulo 2, intitulado *A História das Ideias Linguísticas e o Processo de Gramatização das Línguas*, tratamos da evolução das ideias linguísticas, partindo da história dessa disciplina até os processos que conduziram à sistematização das línguas. O Capítulo 3, *Metodologia*, detalha os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, oferecendo uma descrição clara das abordagens documental e bibliográfica usadas para a análise dos dados. No Capítulo 4, *Análise dos Dados e Discussão dos Resultados*, fazemos a análise dos dados discutimos os principais resultados da pesquisa. Finalmente, o Capítulo 5, apresenta as considerações finais da pesquisa, destacando as contribuições da investigação para o campo da história das ideias linguísticas e da gramatização.

## **2 A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS**

Nesse capítulo, discutiremos a diferença entre a História das ciências (que não aprofundavam os estudos linguísticos) e a História das ideias linguísticas. Depois, discorreremos sobre categorias importantes para a HIL, quais sejam: ideia e teoria, acumulação e esquecimento, o papel do historiador, o horizonte de retrospectão e o processo de gramatização das línguas, com foco no processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil.

A História das Ideias Linguísticas (doravante chamada HIL) consiste na investigação do desenvolvimento, da evolução e da transformação das ideias sobre a língua e a linguagem ao longo do tempo. Tem como objetivo compreender como diferentes culturas, sociedades e períodos históricos conceberam e estudaram a linguagem, examinando os contextos em que essas ideias surgiram e como elas influenciaram a prática linguística e o pensamento sobre a linguagem (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

### **2.1 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS**

A história é uma ciência que sempre se utilizou da linguagem, mas não ao ponto de apresentar a influência da linguagem sobre as mudanças sociais e destas sobre as línguas. Entretanto, mesmo com a história utilizando a linguagem para apresentar fatos, “a Linguística, até o século XIX, pouco se servia da história, excetuando-se, obviamente, os estudos histórico-comparativos” (Fávero e Molina, 2004, p. 132 a 133). Contudo, o papel da história no final do século XIX e início do século XX ultrapassou os limites da descrição de fatos e passou a entrelaçar diversas disciplinas e diferentes tempos, não só o passado, mas reconhecendo a importância da relação do passado com o futuro. Diante disso, a criação dessa nova história foi capaz de “alargar horizontes, ligar as ideias e métodos, reconstruí-lo, fechando fendas”. (Fávero e Molina 2004, p. 135)

A História das Ideias Linguísticas, doravante chamada HIL, busca descrever as grandes mudanças ocorridas nas línguas e na própria linguagem com o passar do tempo, observando que mudanças históricas, sociais, comportamentais, entre outras, interferem nos saberes

linguísticos. Aurox (2014, p. 31 a 32) argumenta que “as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem”.

A HIL não deve ser concebida como história das teorias linguísticas. O termo *teoria* envolve o estudo das normas da língua, tornando dogmático todo o saber sobre uma língua. O termo *ideia* diz respeito a um estudo dos saberes linguísticos o qual não se preocupa com a norma que envolve a gramática de uma língua, mas considera os diferentes saberes linguísticos que se organizam em relação à história, à cultura etc., pensando na língua como algo dinâmico. Logo, o termo *ideia* sobre a linguagem e as línguas

[...] tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, no que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas. Sob esse termo *ideia*, subsumem-se todos os tipos de objetos que ultrapassam largamente aquele de "teoria". (Colombat; Fournier; Puech. 2017, p.16)

A HIL não se preocupa com o fenômeno em si, mas com os fatores que influenciam a mudança linguística. Nesse sentido, os saberes construídos no decorrer do tempo são considerados, pois decorrem de diferentes eventos culturais, políticos e ideológicas que influenciaram a evolução e transformação das línguas e linguagens.

O termo *teoria* é consideravelmente problemático por ser compreendido dentro do contexto ocidental que se desenvolveu “a partir do século XVIII” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 16). Logo, limita a compreensão dos contextos culturais e históricos que permeiam o saber analisado. Porém, a análise torna-se menos carregada epistemologicamente e menos normativa quando se busca, por meio do termo *ideias*, que os estudos feitos sobre os objetos não se comprometam epistemologicamente e respeitem a gama de saberes construídos no decorrer da história. Desse modo, o historiador, quando faz a história das ideias linguísticas, junta textos às vezes esquecidos ou que acumulam conhecimentos ao longo no tempo no âmbito das disciplinas que se envolvem com a língua e a linguagem, analisa as ideias que apresentam, os saberes construídos e o processo de mudança teórica, quando o conhecimento contido em um objeto muda de estado (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

Os termos acumulação e esquecimento são essenciais para a compreensão dos conhecimentos ao longo do tempo. A acumulação é o processo pelo qual os conhecimentos sobre uma língua e a linguagem são construídos e transmitidos ao longo da história, implicando,

no caso das disciplinas relacionadas à linguística, como a gramática preserva e perpetua conhecimentos antigos que são relativamente estáveis. Assim, há uma continuidade histórica dos saberes/ideias que se acumulam, tornando-se uma base para que novos conhecimentos possam ser construídos (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

O esquecimento consiste nos “vazios na memória acumulativa”. Ele ocorre ao longo do tempo, o que significa que algumas ideias podem ser negligenciadas ou não mais reconhecidas não por serem falsificadas ou obsoletas, mas devido à dinâmica histórica e cultural que influencia o modo como o conhecimento é lembrado e transmitido (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 17).

Os saberes construídos sobre uma determinada língua ao longo do tempo são construídos a partir de uma atividade metalinguística (uso da linguagem para explicar, analisar ou descrever aspectos da linguagem). Nesse contexto, a HIL permite ao historiador recolher os saberes construídos sobre a língua na longa duração do tempo e observar se há a acumulação desses conhecimentos nos estudos sobre a linguagem e da língua mediante as gramáticas, por exemplo, que são saberes antigos, mas capazes de influenciar e transmitir conceitos e compreender quando esses conhecimentos sobre a linguagem acabam entrando no esquecimento. Esse estudo epistemológico da linguística permite a compreensão de quando os saberes de uma língua refletem o esquecimento ou a acumulação de que elas podem ser um objeto.

A combinação de acumulação e esquecimento é uma característica importante na história das ideias linguísticas. Desse modo, compreender essa dinâmica permite esclarecer como esses conhecimentos são transmitidos e transformados ao longo do tempo.

### 2.1.1 HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO E O PAPEL DO HISTORIADOR

A História das Ideias Linguísticas (HIL) permite ao historiador analisar todos os tipos de gramáticas, até mesmo aquelas fundadas na ciência da linguagem, propiciando o estudo de toda uma tradição gramatical de uma língua. Nesse sentido, de acordo com Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 19), “o trabalho do historiador, do qual se esboça o retrato, não consiste em projetar sobre as teorias (ou as ideias) antigas os critérios da ciência contemporânea”. Dessa maneira, ao analisar a história do pensamento sobre a linguagem humana, em especial no Brasil,

o historiador precisa dispor de um olhar interno ao estudo da linguagem, analisando o objeto sem o tomar como certo ou errado.

O historiador das Ideias Linguísticas tem grandes responsabilidades no que tange aos estudos dos saberes construídos sobre uma língua durante a história. Logo, o pesquisador deverá recolher todas as fontes possíveis que serviram de base para a análise e o acesso à gramática ou ao dicionário, os objetos a serem analisados. Esse trabalho é um processo exaustivo e exige atenção do historiador quanto à escolha dos documentos para a análise do objeto, adequando-se à época do instrumento, pois o pesquisador deve ter em mente que o que está sendo estudado pertence a uma época e a um contexto ideológico específico e trazê-lo para o contexto linguístico atual resultará em um estudo teórico, pois,

[...] a informação sobre as teorias antigas pode ser pertinente para o historiador da língua (enquanto os gramáticos são testemunhos das práticas languageiras do passado), aí compreendidos aqueles que pesquisam as causalidades históricas a tal característica da sincronia. É que o objeto de que se ocupa o linguista é um fato social, e a atividade dos gramáticos e dos autores de dicionários pode não ser estranha a sua instituição (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 19).

No estudo historiográfico, analisa-se o objeto por uma perspectiva cronológica. Nesse sentido, o historiador reunirá os fatos sobre o objeto, apresentando o que se sabe e o que foi esquecido e, por meio desse estudo, será reunido todo o saber construído com o passar do tempo (cumulatividade). O historiador precisa compreender que as ideias analisadas no objeto são fruto de saberes copilados em objetos análogos ao estudado ou com saberes similares. Dessa maneira, todo o saber é descendente de muitos outros saberes construídos historicamente, cada um pertencente a um contexto linguístico específico, mas que são relevantes para o estudo de um saber específico (Moraes, 2016, p. 40 a 41).

Ao analisar o objeto por uma perspectiva cronológica, o historiador faz uso do *horizonte de retrospectão*. Essa ferramenta permite ao historiador a identificação do contexto temporal, linguístico e espacial em que autor e a obra analisados estão inseridos. Assim, os conhecimentos analisados funcionam de forma distinta aos seus predecessores, pois cada um deles reflete um sistema de saber distinto, pois, para os linguistas, cada gramática ou dicionário possuem um horizonte de retrospectão específico em que “a memória dos resultados, os problemas, os conceitos desenvolvidos antes deles [...] criam as condições para que a história seja efetivamente cumulativa e não cíclica (Colombat; Fournier; Puech., 2017, p.18).

O historiador das ideias linguísticas deve fazer uso do *horizonte de retrospecção* para compreender o saber no qual seu objeto de estudo está localizado e analisá-lo conforme a ideologia à qual pertence. Nesse contexto, o tempo e o espaço devem ser os alicerces para o estudo do objeto “como a construção de representações teóricas suscetíveis de serem corroboradas ou invalidadas por dados empíricos (textos, tecnologias, instrumentos técnicos ou conceituais)” (Moraes, 2016, p. 42).

Moraes (2016) define o horizonte de retrospecção como a gama de conhecimentos anteriores ao objeto estudado que define um saber científico. Então, o instrumento analisado no âmbito das ideias linguísticas deve estar situado no tempo de produção dele, pois o contexto de produção da obra e a atividade cognitiva do sujeito que a produziu são reflexo de influências políticas, culturais, institucionais, ideológicas etc. Dessa maneira, a temporalidade e o espaço são significativos no que tange ao horizonte de retrospecção, o qual é o “conjunto de conhecimentos antecedentes” a um instrumento (Auroux, 2014).

Segundo Auroux (2014), a atividade cognitiva do autor do objeto não está presa a um contexto ou a condições específicas. Assim, o ser humano faz uso de um conhecimento consoante a sua concepção do objeto, sendo isso também o horizonte de retrospecção, pois diz respeito ao

[...] sujeito que constrói o conhecimento a partir de sua percepção, da representação que faz tanto do objeto quanto do próprio conhecimento em si - sejam eles "passados" ou não -, valendo-se das competências cognitivas que lhe são inerentes e que, portanto, [...] tem uma relação necessária com a temporalidade (Moraes, 2016, p. 50).

O horizonte de retrospecção de um autor, portanto, apresenta todos os saberes antecessores à obra analisada. Logo, engloba tanto o contexto de produção da obra quanto a atividade cognitiva do autor. Então, o horizonte de retrospecção vai além do contexto de produção, importando-se, também, com as informações sobre o autor.

No quadro abaixo, baseado nos estudos de Moraes (2016, p. 42), apresentamos algumas informações necessárias para análise do instrumento:

Quadro 1 – o horizonte de retrospectão e a atividade cognitiva do autor

<b>Horizonte de retrospectão do autor</b>	<b>Situar o autor</b>
Quem era e em qual época viveu?	No espaço e no tempo
Qual a sua representatividade em sua época?	Sua consideração a outros saberes
O que ele conhecia?	As casualidades que é a busca das relações entre fenômenos
Quem o autor conhecia no tempo/espaço de sua produção?	
Os conhecimentos do autor contribuíram para a formação de saberes, ou seja, favoreciam a criação dos instrumentos?	

Fonte: Elaborado Pela Autora, 2024

No quadro acima, expomos o estudo da atividade cognitiva do autor que influenciou diretamente na configuração do objeto. Nessa lógica, além do estudo cognitivo, faz-se necessário compreender como o contexto sociocultural reflete a epistemologia das ciências da linguagem. O historiador das ideias linguísticas deve fazer uso de informações confiáveis para análise do objeto em

[...] teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram, os conceitos que elas elaboraram;

a forma sob a qual os problemas foram colocados e conhecidos;

ou, ainda, alargando um pouco a problemática sobre as questões mais gerais e mais fundamentais: como os gramáticos e os linguistas concebem seu objeto em tal ou tal momento? Como foram apreendidos os fatos e os dados, as regras e/ ou as leis que os organizam [...]. Ou, ainda, como foram distinguidos o possível e o impossível de língua, o que se pode dizer, ou não se pode dizer, e por quê? Como foram definidas as condições de validação das descrições? (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 18 a 19).

Moraes (2016, p. 52), com base no trabalho de Auroux (2014), defende que nos estudos da História das ideias linguísticas devem ser abordados três princípios metodológicos: “o da definição puramente fenomenológica, o da neutralidade epistemológica e o historicismo moderado”. A definição fenomenológica do objeto seria, no âmbito do estudo das ideias

linguísticas, o fato de as ideias dos autores não serem tangíveis, então, não será possível uma investigação científica dessas ideias. Portanto, os conhecimentos, por não serem possíveis de serem datados, apenas são investigados quando à materialidade dessas ideias através dos instrumentos. Esse processo ocorre durante a produção de uma obra pelo sujeito, não ocorrendo “pré-categorizações”, ou seja, o historiador da HIL deve estudar a obra sem nenhum tipo de conceito prévio sobre o saber.

Referente ao princípio da neutralidade epistemológica, exige-se que o pesquisador mantenha uma postura de imparcialidade ao estudar o objeto de investigação (gramáticas ou dicionários). Ele deve evitar julgamentos normativos em que se classifica que uma teoria ou abordagem é mais científica que outra. O historiador da HIL deve concentrar-se em entender como essas teorias foram concebidas e aplicadas no contexto histórico específico, buscando “ler e construir um conhecimento sobre aquele problema em determinado espaço e tempo” (Moraes, 2022, p. 44). Portanto, o pesquisador deve observar o objeto de estudo a partir de um ponto de vista que considere a teoria como um produto histórico, observando, sem julgamento ou avaliação, como esta teoria foi desenvolvida e aplicada no tempo dela.

O historiador das ideias linguísticas deve observar o horizonte de retrospectão da obra, analisando-a dentro do contexto histórico específico em que foi desenvolvida. Logo, o pesquisador deve “voltar no tempo” para compreender como os saberes foram construídos naquele período e como interagiram com o contexto social, cultural e intelectual da época. Auroux (2014) afirma que na metalinguagem do pesquisador, a ciência deve ser usada como um termo descritivo e não normativo, pois, descrever um determinado saber é considerado científico em seu contexto histórico, sem impor julgamentos se é ou não ciência de acordo com os padrões de análise linguística atual. Dessa maneira, todo saber sobre uma língua é resultado de interações históricas, tradições e contextos específicos, variando conforme o tempo e o espaço.

O terceiro princípio, chamado de historicismo moderado, sugere que todo conhecimento deve ser compreendido como algo que se desenvolve ao longo do tempo. Nesse sentido, o este conhecimento é influenciado pelo contexto histórico, cultural e social em que está inserido. Portanto, o saber não é algo fixo ou atemporal, mas moldado pelas circunstâncias históricas que o cercam. Moraes (2022) defende que o “historicismo moderado” é um contrapeso ao historicismo, pois mesmo que o conhecimento seja visto como um produto histórico, os fenômenos (eventos ou realidades que o conhecimento tenta explicar) existem independentemente do saber. Dessa maneira, os fenômenos não são apenas criações do

conhecimento humano, visto que, possuem uma existência objetiva. Auroux (2014, p. 15) apresenta que o valor de um conhecimento ou melhor, sua adequação e veracidade em relação a um determinado objetivo influencia a sua própria história e desenvolvimento. O “devir histórico” refere-se ao processo de mudança e evolução desse saber ao longo do tempo.

Moraes (2022) apresenta duas realidades paralelas em relação ao conhecimento: a) o realismo dos fenômenos, o qual reconhece que os fenômenos existem independentemente dos saberes que os descrevem e b) o realismo dos saberes, que reconhece que o conhecimento possui uma consistência própria, independente dos fenômenos. Ou seja, mesmo que esse fenômeno mude ou desapareça, o saber sobre ele pode continuar a possuir valor e consistência. Diante disso, o conhecimento e as crenças sobre o que é considerado verdade são influenciados pelo tempo, mas os fenômenos em si não são afetados pela temporalidade.

O discurso científico se baseia em argumentos e não em narrativas. Logo, ao se estudar a história das ideias linguísticas, procura-se compreender as causas, consequências e efeitos de certos conhecimentos, pois o próprio valor do conhecimento influencia em sua trajetória histórica (Auroux, 2014).

Para descrever as grandes mudanças que houve nas línguas e na linguagem com o passar do tempo, o historiador das Ideias Linguísticas tem como principais instrumentos de análise as gramáticas e os dicionários. Estes instrumentos são a materialização de um processo cronológico de instrumentalização de uma língua, que se realiza por meio do processo de gramatização das línguas. Este tema será discutido a seguir.

## **2.2 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS**

Auroux (2014) defende que a gramatização é o processo de descrição e instrumentalização da língua por meio de duas tecnologias que são a base do saber metalinguístico (conhecimento sobre a língua): a gramática (conjunto de regras da língua) e o dicionário (compilação de palavras e seus significados). Para o autor, uma língua gramatizada é aquela que foi instrumentalizada, ou seja, é quando podemos aprender essa língua, em um sentido restrito, “com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis”: a gramática e o dicionário (Auroux, 2014, p. 76). Esses instrumentos são produzidos conforme o tempo e o

processo de evolução da língua e dispõem de normas e referências. Falando da gramática, Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 70) defendem que esta

não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 70).

Por muito tempo, as gramáticas foram uma das principais fontes do saber linguístico no Ocidente. Esses instrumentos linguísticos vêm sendo desenvolvidos com base na análise de uma cadeia de palavras, seja ela falada ou escrita. Levando em conta uma sequência linear de palavras em uma sentença, a gramática envolve a identificação das unidades linguísticas, como palavras, fonemas e morfemas, o que a diferencia da lexicografia, que é estudo e a compilação de dicionários. Porém, a gramática não se preocupa apenas com a sequência linear das palavras, mas também com a relação entre elas que rompe essa linearidade (Auroux, 2014, p. 23). Logo, uma língua é influenciada pelo contexto social, histórico e metodológico (saberes sobre a língua que contribuíram para a estruturação de regras advindos de influências externas a ela – horizonte de retrospecto), resultado de um longo processo de gramatização. As gramáticas “se tornaram as peças-mestras de uma técnica do conhecimento das línguas” (Auroux, 2014, p. 23).

Para compreender o processo de gramatização das línguas é necessário entender o “desenvolvimento das concepções linguísticas europeias em um período que vai da época tardo-antiga (século V de nossa era) até o fim do século XIX” (Auroux, 2014, p. 35). Ao longo de 13 séculos, houve um processo de gramatização massiva, ou seja, sistematização e formalização de regras das línguas que iniciou na tradição greco-latina e se estendeu a outras línguas do mundo. A gramatização é considerada segunda revolução técnico-linguística, sendo a primeira a escrita, surgida no terceiro milênio a.C. A revolução da gramatização traz consequências práticas para a organização das sociedades humanas e criará uma rede homogênea de comunicação que tem como centro inicialmente a Europa e:

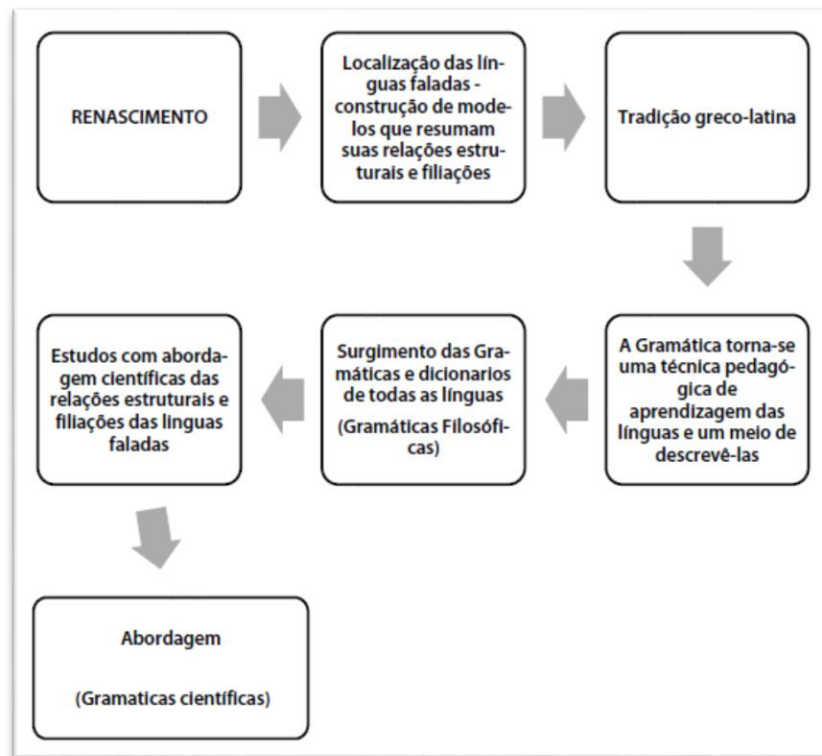
Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos linguísticos, da mesma maneira que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo. É às ciências da linguagem que devemos a primeira revolução científica do mundo moderno (Auroux, 2014, p. 35).

Auroux (2014) afirma que, com o processo de revolução técnico-linguística, surgem novas transformações nas ciências da linguagem decorrentes da evolução histórica, permitindo que as pesquisas no âmbito da gramática evoluíssem de sua origem na filologia aos estudos linguísticos à análise das línguas maternas. As gramáticas adquirem um fim pedagógico e buscam o aprendizado das línguas bem como uma forma de descrevê-las. Nesse processo, as línguas se desenvolvem e evoluem por meio de teorias relacionadas à linguagem humana “(a gramática especulativa medieval e a gramática geral da época clássica)” (Auroux, 2014, p. 36) que influenciou no surgimento de uma gramática geral.

O processo de gramatização, que envolve a sistematização e formalização de regras sobre uma língua, pode ser transferido de uma língua para outra (transitivo) e, em estágio inicial pode-se reverter as mudanças. Nesse contexto, as diferentes gramáticas das línguas podem ser apenas traduções diretas de outras línguas. Além disso, o início da gramatização de uma língua pode ocorrer como uma forma de facilitar o aprendizado da língua. Esse processo pode parecer contraditório, pois pode resultar na formalização e sistematização de uma língua. Mas isso mostra como as línguas se interconectam e influenciam umas às outras.

Auroux (2014) explica que o início do processo de gramatização das línguas ocorreu na Europa durante o período do Renascimento. No quadro abaixo, Barros e Duarte (2022) apresentam o processo de gramatização das línguas postulada pelo teórico:

Quadro 2: Processo de gramatização massiva à Abordagem Descritivo-comparativa baseado nos estudos de Auroux (2014)



Fonte: Barros e Duarte (2022, p. 191)

O gráfico acima mostra o surgimento das diferentes concepções de gramáticas: gramática geral, gramática filosófica e gramática científica. O nascimento da gramática geral advém de um longo período histórico desde o Renascimento à Tradição greco-latina. O processo de gramatização das línguas durante o Renascimento não pode ser comparado ao desenvolvido na Europa Ocidental, pois ainda que sejam oriundos do mesmo modelo conceptual, as:

[...] causas que levam a equipar as línguas com instrumentos linguísticos (gramáticas, léxicos e dicionários, manuais de conversação, tratados de todo tipo) são bem diferentes nos dois casos (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 160 a 161).

A tradição gramatical greco-latina estabeleceu as bases para o estudo da gramática que influenciaram profundamente o pensamento ocidental. Gramáticos, como Dionísio de Trácia, (século II a.C.) da época desenvolveram as primeiras obras sistemáticas sobre a gramática, focando na descrição das línguas clássicas, especialmente o grego e o latim, objetivando a normalização dos usos da língua e a sua pureza clássica. Os antigos gregos, como Platão,

começaram a explorar conceitos relacionados à linguagem, como a natureza do significado e a estrutura das palavras e frases. Colombat, Fournier e Puech, (2017, p. 83) apresentam que:

Dois diálogos de Platão, o *Crátilo* e *O Sofista*, nos ensinam muitas coisas sobre a concepção da linguagem na Grécia clássica. E, de início, ensinam-nos que muitas pessoas se interessavam pela linguagem: “Quem se vangloria de explicar as palavras no século v a.C., em Atenas? Todo mundo, ou quase: sofistas exegetas religiosos, *physiologoi*, intérpretes de Homero, especialistas de música e gramática” (Platão, 1998: 26). O texto mesmo de *O sofista* (253a) atesta que há, já, especialistas de gramática: para estudar a linguagem, é necessária uma “técnica” (*tekhne*), dito de outro modo um “conhecimento especial”, a *grammatiké*.

Durante o renascimento, ocorreu um renovado interesse por textos clássicos e pela sistematização do conhecimento, incluindo a gramática. Nesse contexto, estudiosos da língua buscaram analisar princípios universais que pudessem ser aplicados a todas as línguas, não somente às línguas clássicas. Um marco desse processo foi a criação da *Grammaire générale et raisonnée*, também conhecida como a Gramática de Port-Royal, publicada pelos autores Antoine Arnauld e Claude Lancelot, na qual os autores buscaram identificar princípios lógicos e aplicáveis a qualquer língua. Os autores de Port-Royal e os que se inspiravam nessa gramática buscavam trabalhar na elaboração de métodos universais voltados para a aprendizagem das línguas, fazendo surgir as gramáticas intituladas como “Gramáticas Gerais”. Essas obras buscam:

[...] elaborar os métodos universais de aprendizagem das línguas [...] ~~é, então~~, fundada não sobre um confronto com a diversidade dos fatos constatados empiricamente, mas sobre a identificação dos “fundamentos” da arte de falar que os autores viam em um certo número de mecanismos de pensamento. A maior parte das obras dessa tradição é, em verdade, fundada sobre o exame de um número limitado de línguas: aquela de seu autor e as línguas antigas (Colombat; Fournier; Puech (2017, p. 172 a 173).

A Gramática Geral procura descrever e sistematizar regras comuns a todas as línguas do mundo. Nesse sentido, ela busca identificar princípios comuns que governam a estrutura das línguas humanas, focando aspectos como sintaxe, semântica, morfologia, fonologia e fonética. A Gramática geral foi postulada como a ciência das leis da linguagem, é “uma ciência que tem como objeto os princípios imutáveis e gerais da palavra” (Fávero, 2017, p. 183). Logo, todas as

línguas deveriam se submeter às leis da linguagem (Auroux, 2014). A maioria das gramáticas gerais se apoiam sobre a língua de quem as produziu (redator) e sobre as línguas clássicas latim e grego.

Fávero (2000, p. 181) apresenta que durante o Renascimento, as gramáticas pedagógicas se moldaram de acordo com a expansão territorial. Quando os europeus entram em contato com outros povos, impondo a esses a sua língua e essa imposição exigia que as gramáticas produzidas fossem “claras e simples”, revelando que os gramáticos europeus possuíam uma visão estereotipada aos destinatários. Nessa lógica, impera sobre a língua uma visão de regras lógicas.

A gramática não tem por finalidade ensinar, mas fornecer modelos (literários) aos que já possuem a língua padrão; ela é ao mesmo tempo o reflexo e o resultado de uma organização social e ferramenta de classe dominante; o gramático talvez sem perceber, desempenha o papel ideológico de exclusão do saber (e do poder) das camadas que não constituem a elite (Fávero, 2000, p. 182)

A Gramática Filosófica vai além das regras formais da língua para explorar questões do saber, a natureza e o uso da linguagem, investigando a relação entre linguagem, pensamento e realidade. Ela pode abordar tópicos como a referência à verdade, a significação e a interpretação. Essa abordagem está intimamente ligada à filosofia da linguagem e aos estudos de como a linguagem estrutura o pensamento e a experiência humana. O caráter dogmático da gramática filosófica impõe a forma de pensar sobre as línguas, classificando enunciados como certos ou errados (fato que permeia até os dias atuais). Dessa forma, a gramática filosófica:

[...] possui um caráter dogmático e pretende reger as regras do pensar; daí o caráter de <<certo>> e <<errado>> que ainda hoje se encontra em muitas de nossas gramáticas. Sua herança é grande, especialmente na primeira metade do século XIX [...] A gramática no Brasil, nessa época, vive de seus fantasmas (Fávero, 2000, p. 185).

A Gramática Científica aplica métodos rigorosos e empíricos ao estudo da estrutura das línguas, envolvendo a análise detalhada e sistemática de línguas específicas com base em dados observáveis, utilizando técnicas e teorias da linguística moderna. A gramática científica é

descritiva, ou seja, descreve como as línguas são realmente usadas pelos falantes, em vez de prescrever como elas deveriam ser usadas (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

A construção dos saberes linguísticos se dava tanto pela escrita quanto pela oratória, “como no mundo grego antigo através da filosofia, pois por meio da linguagem e do conhecimento gramatical era dita a verdade” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 47). A oratória e a escrita permitiram que conhecimentos reunidos sobre uma determinada língua fizessem parte da história sobre os estudos dos saberes linguísticos. Desta maneira, os estudos sobre as línguas feito pela epistemologia, buscando entender a relação entre o conhecimento da língua e do sujeito, passou a ser feito pela metalinguística, permitindo o surgimento do momento em que a linguagem se torna objetiva, fixa e concreta.

### 2.2.1 EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

A História das Ideias linguísticas estuda o desenvolvimento e a evolução dos conceitos e teorias sobre uma língua ou linguagem ao longo da história. Assim, examina-se textos fundadores e pilares e como essas obras, em diferentes culturas e períodos históricos, conceberam, transmitiram e transformaram o conhecimento linguístico (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

A epistemologia é um ramo da filosofia que estuda a natureza, a origem e os limites do conhecimento. Nesse contexto, a relação entre a história das ideias linguísticas e a epistemologia é importante para que haja a compreensão de como o conhecimento sobre a língua foi e continua sendo construído, validado e transformado. Dessa maneira, a história das ideias linguísticas permite uma perspectiva histórica e cultural diversa sobre a língua enquanto a epistemologia fornece ferramentas para analisar criticamente esses conhecimentos, suas bases e suas implicações (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

Colombat, Fournier e Puech (2017) expõem três formas de epistemologia. São elas: a normativa, a avaliativa e a descrita. A epistemologia normativa, chamada também de metodologia, preocupa-se com a forma como os métodos científicos são conduzidos e como os linguistas desenvolvem seus raciocínios e teorias sobre a linguagem. Nesse sentido, busca-se compreender como os métodos usados pelos linguistas para analisar a gramática são desenvolvidos e aplicados e critica-se o fato de a gramática tradicional ser pouco explicativa, o

que ocorre pela não universalização das regras das línguas. Assim, os linguistas modernos devem avaliar de forma constante os métodos que utilizam, pois há a necessidade de saber se as abordagens e explicações são consistentes e fundamentadas epistemologicamente.

A epistemologia avaliativa aponta a necessidade de uma disciplina (como a linguística) que avalie constantemente suas teorias, exercício crucial para a comprovação de sua eficácia e prática. A avaliação das teorias permite a localização de falhas, lacunas e inconsistências, garantindo a qualidade e aplicabilidade dessas teorias. Considerando a análise linguística de um *corpus* (conjunto de dados linguísticos), como o da “hipótese da gramática gerativa”, a qual busca explicar um número infinito de frases possíveis, a epistemologia avaliativa questionaria a viabilidade do trabalho com um *corpus* que poderia nunca se constituir (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 39).

A epistemologia descritiva procura descrever e refletir sobre as ciências como elas são, considerando seus aspectos teóricos, sociológicos e práticos. A história das ciências é compreendida como parte da epistemologia descritiva por incorporar a dimensão temporal, ou seja, a evolução das ciências ao longo do tempo. Isso envolve não apenas descrever o desenvolvimento de teorias científicas, mas compreender as mudanças pelas quais elas passaram. Auroux (1980) apresenta que há dois tipos de temporalidade: uma temporalidade externa, a qual é focada na simples descrição de teorias, sem a necessidade de explicar o porquê e como essas teorias mudaram. A outra é a temporalidade interna, a qual explica a evolução das teorias, em que se constrói modelos para explicar mudanças na língua ao longo tempo. Assim:

[...] a história da linguística, tal como ela é concebida notadamente pelo que se chama “escola francesa”, tem muito mais a ver com a epistemologia do que com a historiografia pura e simples: não se trata somente de descrever, mas também de explicar (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 39).

Ao considerar os contextos sociais e institucionais em que as teorias são desenvolvidas e ao compreender as circunstâncias sociais, políticas e culturais do período em que foram formuladas, certas teorias estão ligadas a contextos históricos específicos. “Isso não quer dizer que a ciência é inteiramente ditada pelas condições sociais, mas que há uma relação estreita entre a aparição de uma gramática e o contexto sociocultural e institucional no qual ela aparece” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 41). Assim, a ciência não é completamente determinada pelas condições sociais. Porém, o processo de criação de uma gramática ocorre pela conexão com o contexto social.

### 2.2.2 AS GRAMÁTICAS E SEUS SABERES

O historiador das ideias linguísticas tem seu nível de interesse na história das ciências da linguagem. O entendimento das pesquisas feitas pela história das ideias linguísticas permitirá a compreensão das contribuições desse pesquisador nos estudos linguísticos, o que permite entender como textos estudados podem ser classificados como “*textos fundadores* ou reputados como tais” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 21). Essa análise só é possível a partir da observação do processo e do contexto que levou os textos a adquirirem esse status.

Uma obra é classificada como fundadora quando apresenta as bases da tradição linguística de um povo, consequência da “riqueza de seu conteúdo e pela perfeição inegável alcançada desde o início” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 22). Dessa maneira, uma obra pode servir como base para produções posteriores, dado o fato de reunir uma gama de saberes sobre a língua e a linguagem, porém, uma obra que é considerada fundadora não precisa ter sido a primeira a ser produzida, pois mesmo o autor possuindo a capacidade de tomar como referências saberes anteriores, conseguiu descrever com maestria uma língua.

Colombat, Fournier e Puech (2017) apresentam que há textos pilares que, embora não sejam concebidos para estabelecer fundamentos para uma tradição linguística ou científica, tornaram-se referência por sua relevância, clareza ou utilidade prática. Diferentemente dos textos fundadores, os textos pilares não são reconhecidos por apresentarem bases para uma disciplina ou tradição linguísticas, mas por servirem como um guia ou referência para estudos subsequentes. São modelos para a descrição de outras línguas. Esses textos pilares contribuem para a continuidade e evolução de um saber linguístico, sendo frequentemente revisados e adaptados ao longo do tempo.

A obra *Ars*, de Donato, é citada como um exemplo de texto pilar, por sua importância e seu formato claro que serviu de modelo para a descrição de muitas línguas durante o Renascimento. O texto era “o mais fácil para utilizar com o seu desdobramento em gramática elementar e gramática (um pouco mais) aprofundada que lhe permitiu (ao menos) duas utilizações”, ou seja, *Ars*, mesmo sendo reconhecida como texto pilar ainda pode ser distinguida como uma obra que guarda tradições de uma língua (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 23). Diante disso, os textos pilares são essenciais para a disseminação e aplicação prática dos saberes linguísticos.

As gramáticas devem servir de base umas às outras e, nessa lógica, surge a noção de comensurabilidade de teorias, em que há a possibilidade de comparar e avaliar diferentes teorias linguísticas e suas descrições, independentemente de suas origens culturais, períodos históricos ou contextos geográficos. Essa comensurabilidade permite o entendimento de como diversas tradições linguísticas abordam fenômenos linguísticos semelhantes, permitindo uma análise comparativa que ultrapassa as particularidades de cada contexto.

A comensurabilidade de teorias possibilita uma análise comparativa que respeita a diversidade e a complexidade de uma tradição linguística e que “[...] por mais diversas que sejam as abordagens, ou períodos, deve sempre ser possível comparar os textos, avaliá-los em função não somente de seus objetos, mas também de sua descrição geral da linguagem” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 24). Dessa maneira, a descrição não deve ser feita como uma descrição ocidental, mas deve ser analisada de forma conjunta com as diversas descrições condicionadas de um objeto (a língua concernida), pelas diferentes práticas culturais ou limitações técnicas, logo, pesquisas que atravessam diferentes áreas do conhecimento são essenciais para reunir especialistas que atuam em épocas distintas ou em diferentes partes do mundo.

### 2.2.3 A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O processo de consolidação da língua portuguesa (doravante chamada LP) como língua nacional no Brasil iniciou em 1532 com o processo de ocupação e exploração das terras brasileiras, com a vinda de mais portugueses para a então colônia de Portugal. Dessa maneira, a instalação de mais portugueses possibilitou o uso do português “em um novo espaço-tempo”,

o qual obteve forte influência não apenas em mudanças na estrutura da língua como em questões políticas (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 21).

Conforme Orlandi e Guimarães (2001), o uso do português nas terras brasileiras não foi um processo homogêneo ao longo do processo de colonização. A noção de língua portuguesa como língua nacional se desenvolveu entre o ano de 1532 e o final do século XIX, dividindo-se em quatro momentos: “o primeiro momento vai do início da colonização à expulsão dos Holandeses em 1654” (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 22). Nesse primeiro período, a comunicação ocorria por meio da “língua geral”, uma língua franca, falada por grande parte da população, que permitia a comunicação entre indígenas de diversas etnias e portugueses. Era necessária uma língua que possibilitasse tanto o diálogo quanto a exploração das terras. O português era utilizado entre portugueses, que já iniciavam o processo de escrita de documentos em português e o ensino da língua portuguesa nas escolas católicas da época. No entanto, a língua oficial ainda era a Língua Geral, fortemente influenciada por línguas indígenas e por línguas faladas por outros povos aqui estabelecidos. Há, portanto,

[...] uma forte predominância de Índios e Negros ao lado de uma população européia (SIC). Um recenseamento feito por Anchieta em 1538 nos diz que havia no Brasil, nas regiões Sul (Estado de São Paulo), numa população de 57.000 habitantes, 25.000 brancos, 18.000 índios e 14.000 negros [todos falantes da Língua Geral] (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 22).

Devido a invasão de Portugal por Napoleão, que teve início em 1807, a família real portuguesa foi obrigada a se refugiar no Brasil. Esse evento marca o início do segundo momento, que vai de 1654 a 1808 (Orlandi; Guimarães, 2001). Com a expulsão dos holandeses, a língua portuguesa passa a ser falada por mais pessoas no Brasil, pois, com a “posse do território e com o crescimento de sua ação colonizadora o número dos Portugueses cresce” (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 22). O contato da língua dos colonizadores com as demais línguas (indígenas e africanas) existentes na região influenciou o processo de mudança linguística do português, que se impôs por ser a língua do colonizador. Com a diversidade linguística e o crescente uso do português nas terras brasileiras, o uso da Língua Geral diminuiu drasticamente até não ser mais usada. Esse processo foi reforçado pela proibição do ensino de línguas indígenas nas escolas jesuítas imposta pelo Marquês de Pombal. Assim, o Estado estabeleceu o ensino da língua portuguesa que, nesse novo espaço-tempo, tornou-se a dominante (Orlandi; Guimarães, 2001).

O terceiro momento “inicia com a chegada da família real portuguesa no Brasil, terminando em 1826” (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 23). Nesse contexto, com a chegada da Coroa Portuguesa, o número de portugueses aumentou, o que alterou o panorama linguístico local. Esse grande movimento de pessoas impulsionou a presença do português, que já era falado, a ganhar mais relevância e a consolidar-se como a língua oficial e predominante na colônia. Além disso, o rei Dom João VI fundou a imprensa no Brasil e a Biblioteca Nacional, ambas consolidando o português como língua escrita por meio de publicações. Desse modo, com a sede do governo no Rio de Janeiro, o português passou a ser visto como a língua do poder e da administração. Logo:

O século XIX, no Brasil, é um momento crítico de reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a sua legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania (Orlandi; Guimarães, 2001, p.8).

O quarto momento se refere a uma nova fase que começa em 1826, situada temporalmente quatro anos depois do marco histórico da independência do Brasil (Orlandi; Guimarães, 2001, p.23). O Brasil estava em processo de construção de sua identidade como nação independente de Portugal e a questão da língua nacional começava a ser debatida. Havia, então, a intenção de diferenciar o português falado no Brasil daquele falado em Portugal, criando uma identidade própria para o país. Um exemplo disso são os diplomas de médicos escritos em “linguagem brasileira”.

Após debates sobre essa proposta, uma lei foi criada e promulgada, determinando que a alfabetização no Brasil deveria ser feita com base na gramática da “língua nacional”. No entanto, essa designação da língua usada no Brasil impedia sua identificação clara como portuguesa ou brasileira, revelando um período de indefinição quanto à identidade linguística oficial. Assim, o debate sobre a língua não se limitava à escolha de qual idioma deveria predominar ou ser a língua oficial do Estado, mas também à língua como símbolo de identidade nacional, representando a nova nação brasileira e sua autonomia advinda do desejo da:

construção de uma língua Nacional pela vontade de um Estado forte e cuja centralização se marca pela existência de uma capital em que está um poder central de natureza absolutista [...] erradicação consequente das variantes locais ou das outras línguas que ocupam o território (Orlandi; Guimarães, 2001, p.15).

Auroux (1994, p. 243) criou o conceito de hiperlíngua<sup>1</sup> que se opõe à visão tradicional de gramática como uma estrutura formal e abstrata, desconsiderando o papel dos sujeitos, do tempo e do espaço. A hiperlíngua, segundo o autor só pode ser compreendida em função dos sujeitos que a utilizam, situados em momentos e lugares específicos, com diferentes capacidades linguísticas. Estes sujeitos são influenciados por artefatos técnicos, como gramáticas e dicionários que, embora importantes, não determinam completamente a língua, que está sempre em movimento e não pode ser reduzida a normas fixas.

Auroux argumenta que nenhuma língua existe de forma autônoma. Logo, o contexto espaço-temporal molda a maneira como os sujeitos produzem linguagem e atribuem significados. Assim, a língua está intrinsecamente conectada à realidade social e histórica.

A externalidade da referência mostra que a capacidade do indivíduo de usar a língua é influenciada pelas condições externas em que vivemos, não sendo apenas uma questão interna ou mental. Além disso, Furlanetto (2012) afirma que a dicotomia entre "fora" (o mundo externo, a sociedade) e "dentro" (a mente, o sujeito) é criada para fins analíticos, mas essa separação não é rígida. As gramáticas, que representam normas externas, influenciam a forma como as pessoas se expressam, mas a linguagem viva também pode influenciar a elaboração e a interpretação das gramáticas. Dessa forma, a língua não pode ser entendida apenas como um sistema formal ou normativo, pois ela é moldada pelas experiências dos sujeitos em contextos específicos.

Orlandi (2001) afirma que expansão do espaço de comunicação da língua portuguesa para o Brasil resultou em diferenciações significativas, criando o conceito de hiperlíngua. Nesse sentido, essa ideia descreve a adaptação da língua quando ela se desloca para novos territórios, influenciada por fatores culturais e históricos específicos. No Brasil, o espaço referencial da língua portuguesa não era o mesmo de Portugal, pois o novo ambiente natural, social e cultural trouxe referências distintas, que moldaram o uso da língua de forma particular. Além disso, os sujeitos que passaram a usar o português no Brasil tinham competências linguísticas novas, influenciadas por línguas indígenas, línguas africanas trazidas pelos escravizados e uma forte tradição oral dessas culturas. Portanto, isso fez com que o português no Brasil se diferenciasse da língua falada em Portugal, enriquecido por essas novas influências e formas de expressão.

---

<sup>1</sup> A hiperlíngua é um conceito proposto pelo filósofo e linguista francês Sylvain Auroux (1994) para descrever uma língua que se expande e se adapta a novos contextos sociais, históricos e culturais, especialmente quando ela se move de um espaço geográfico para outro.

Os gestos históricos que moldaram a língua no Brasil também foram diferentes. Logo, com a independência do Brasil em 1822, surgiu a questão da relação da nova nação com a língua portuguesa, questionando-se como essa língua deveria ser usada e preservada em um país independente. Nesse contexto, esse processo desencadeou a criação de mecanismos para a gestão da língua no Brasil, incluindo a elaboração de instrumentos linguísticos específicos como gramáticas e dicionários adaptados à realidade brasileira, o desenvolvimento de uma literatura nacional, e a implementação de políticas linguísticas voltadas para a normatização e o ensino da língua. Dessa forma, o português do Brasil se consolidou como uma hiperlíngua, uma língua viva, adaptada ao seu novo espaço de comunicação e às influências culturais e históricas que a moldaram.

Conforme Orlandi e Guimarães (2001), o processo de instrumentalização do português brasileiro é influenciado pelo fato de o Brasil ser uma ex-colônia portuguesa que se tornou "independente no início do século XIX". Para estudar o processo de instrumentalização dessa língua, é necessário compreender as ideias linguísticas brasileiras, à luz dessa história específica de colonização e independência, que influenciaram a instrução pública. Assim, esse conjunto de saberes sobre a língua reflete a relação entre a língua e a história do povo que a fala.

Ao discutir o processo de gramatização do português no Brasil, torna-se relevante analisar a legislação voltada à normalização da instrução pública no país. Por meio da Lei do Império de 1827 em 15 de novembro (Brasil, 1827), foram criadas as Escolas de Primeiras Letras que ofereciam o sistema de monitoria em que os alunos mais adiantados, após serem ensinados pelo professor, repassavam seus conhecimentos aos novos discentes. Estes alunos assumiam o papel de monitores do professor e, dessa maneira, era atendido um número maior de alunos.

Portanto, instruir várias pessoas ao mesmo tempo, e a um baixo custo, era o objetivo principal do modelo, não importava que tipo de instrução as crianças iriam receber. Nesse modelo, o livro didático não tinha muita importância (Duarte, 2018, p.112).

Em relação ao ensino primário no Brasil, no período do primeiro Império em 1822, a educação pública não era obrigatória e isso refletia no grande déficit intelectual das pessoas na época. Logo, a lei de 1827, no art. 6º, muda esse paradigma de irrelevância da educação e prescreve as disciplinas que deveriam ser ensinadas na instrução primária no Império. O aluno deveria aprender

a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (Brasil, 1827).

Conforme Duarte (2018, p, 112), no Ato Adicional de 1834, o governo central transferiu para as províncias a responsabilidade pela educação primária e priorizou o ensino superior com o objetivo de formar a elite que administraria o país, deixando de investir adequadamente na instrução pública primária e secundária. O resultado foi que, sobretudo, o ensino primário não recebeu os recursos necessários para se desenvolver adequadamente. A falta de investimento na instrução pública primária foi um empecilho para produção e aquisição de material didático, como livros escolares que fossem produzidos no Brasil e que tivessem relevância para as condições da realidade local. Nesse contexto, "os primeiros livros escolares foram publicados pela Imprensa Régia (depois chamada de Imprensa Nacional)", criada por D. João com o intuito de impulsionar a educação no império. Entre as primeiras publicações destacam-se os "seguintes livros de leitura: *O tesouro dos meninos*, de Pierre Blanchard [...] e a obra literária *O Uruguai*, e Basílio da Gama". Mesmo assim, esse mercado editorial não despertava interesse, pois o ensino e os métodos utilizados dispensavam o uso dos livros escolares (Duarte, 2018, p. 111).

O acontecimento que marca a segunda metade do século XIX, no que se refere à instrução pública, foi a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte, assinada por Luiz Pedreira de Couto Ferraz, que deu seu sobrenome à reforma. Com essa medida, o ensino, agora considerado relevante, deveria ser gratuito para os alunos, embora, infelizmente, fosse proibido para negros, conforme o inciso 27 do decreto 1.331-A (Brasil, 1854).

O Decreto 1.331-A, em seu art. 3º, inciso 4º., impunha ao inspetor geral dos estabelecimentos de ensino a revisão, adequação ou substituição dos compêndios utilizados nas escolas (Brasil, 1854). Isso reflete o modo como as leis do Império determinavam o estilo, o conteúdo trabalhado e a organização dos materiais (livros) utilizados em sala de aula. O decreto prevê o ensino das noções essenciais da gramática e de outras disciplinas como leitura e escrita e instrução moral e religiosa.

A instrução moral e religiosa,  
 A leitura e escripta,  
 As noções essenciaes da grammatica,  
 Os principios elementares da arithmetica,  
 O systema de pesos e medidas do municipio [...] (Brasil, 1854).

A reforma proibia o uso de livros que não fossem previamente autorizados pelo Governo. Para estimular "a produção e a adoção de livros didáticos nas escolas", a reforma previa "[...] prêmios aos professores ou a qualquer pessoa que produzisse compêndios ou que traduzisse compêndios publicados em língua estrangeira (art. 56)" (Duarte, 2018, p. 114). Dessa forma, pessoas que possuíam conhecimentos sobre as normas da língua portuguesa vigentes à época apresentavam interesse na produção de livros destinados ao ensino da língua.

A produção do livro didático no Brasil reflete todo um período de criação de leis que visavam adequar e regulamentar a instrução pública no Império. O processo de produção de gramáticas primárias, na segunda metade do século XIX, foi influenciado por ideias filosóficas e científicas que contribuíram para o processo de gramatização. Orlandi e Guimarães (2001) afirmam que o processo de gramatização do português no Brasil foi influenciado por duas "forças" principais. A primeira refere-se às ideias filosóficas e científicas de outros países, ou seja, o Brasil estava aberto a influências que iam além de Portugal. Um exemplo é Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II, que via a língua como um organismo em constante evolução, buscando aplicar o método empírico das ciências na sua análise, além de refletir as ideias de Franz Boas, que iniciou a chamada "Gramática Comparada", conforme Fávero e Molina (2006). Dessa maneira, a construção da língua no Brasil não se limitou ao que vinha de Portugal, mas também foi moldada por concepções e teorias de outros países.

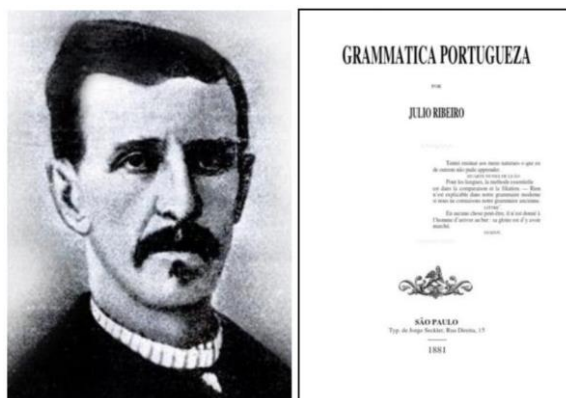
A segunda "força" refere-se à instituição escolar brasileira, representada pela fundação do Colégio Dom Pedro II, que teve um papel fundamental na estruturação do ensino e, conseqüentemente, no processo de gramatização do português brasileiro, juntamente com a criação do Programa de Português para os exames preparatórios por Fausto Barreto (Orlandi; Guimarães, 2001).

Conforme Orlandi e Guimarães (2001), o "Programa de Português para os Exames Preparatórios", criado por Fausto Barreto em 1887 a pedido do diretor-geral de instrução pública, foi um marco importante no processo de gramatização do português brasileiro. O programa tinha como objetivo romper com a tradição da gramática filosófica portuguesa e, assim, iniciar uma abordagem mais adaptada ao contexto brasileiro, o que permitiu o

surgimento de várias gramáticas que seguiram essas novas diretrizes. A estrutura do programa era dividida em 46 itens, sendo os cinco primeiros os principais, abordando características gerais das gramáticas: Gramática Geral (o estudo das estruturas universais das línguas), Gramática Histórica ou Comparativa (o estudo das mudanças das línguas ao longo do tempo ou comparações entre diferentes línguas), e Gramática Descritiva ou Expositiva (o estudo das regras e funcionamento da língua, incluindo fonologia).

Uma das gramáticas criadas nesse período foi a *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, publicada em 1881. Duarte (2021, p. 136) apresenta “Júlio César Ribeiro Vaughan [como] mineiro, autor da *Grammatica Portugueza* publicada em 1881 pela tipografia Jorge Seckler, de São Paulo”. Fávero (2002, p. 121) destaca que a obra de Julio Ribeiro é vista como precursora de uma transformação nos estudos gramaticais no Brasil, sendo considerada um marco na gramaticografia brasileira e iniciando um período científico de estudos linguísticos. Segundo a autora, a obra já apresentava ideias de renovação, com ênfase nas abordagens filosófica e histórico-comparativa. Contudo, antes da gramática de Julio Ribeiro, o gramático paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza publica a sua *Grammatica portuguesa* 1872. Esta gramática, objeto de estudo desta pesquisa, será analisada no capítulo 4 deste trabalho.

Imagem 1: Júlio César Ribeiro Vaughan e capa da *Grammatica Portugueza* (1881)



Fonte: Duarte (2021, 137)

Fávero (2002) observa que os paratextos da gramática de Julio Ribeiro evidenciam seu esforço em inovar os estudos gramaticais brasileiros. Dessa maneira, o gramático adota a teoria histórico-comparativa e rejeita os antigos critérios racionalistas, ou seja, não seguia completamente os modelos gramaticais mais antigos, nos quais a linguagem era tratada de

forma racional e estática, como se as regras linguísticas fossem imutáveis e determinadas por uma lógica subjacente universal.

Entretanto, embora Fávero (2004) reconheça a inovação na gramática de Julio Ribeiro, ela destaca que a obra ainda é influenciada pela tradição racionalista. Por tentar conciliar as novas propostas evolucionistas com as antigas teorias gramaticais, a obra de Julio Ribeiro é vista como precursora de uma transformação, mas não como uma renovação completa. Desse modo, conforme Fávero e Molina (2006, p. 87) a *Grammatica Portuguesa* exagera ao tratar de questões ligadas à etimologia e ortografia, refletindo uma tentativa de se distanciar das influências da Gramática Geral, que na época predominava nas obras gramaticais. No entanto, ela não consegue romper totalmente com essas orientações. Ao mesmo tempo, busca incorporar princípios do evolucionismo biológico e do método histórico-comparativo.

Embora a gramatização (o processo de normalização da língua) brasileira tenha contribuído para a formação da língua nacional, esse processo não foi simples nem linear. Foi, na verdade, um processo contraditório, com influências tanto do português europeu quanto da realidade brasileira, resultando língua própria, ou seja, em uma língua com características do falar brasileiro (Orlandi, 2001, p. 33).

#### 2.2.4 NORMALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ NO SÉCULO XIX

Duarte (2018), ao discutir sobre a história do livro no Pará, mostra que este estado se destacou no ramo de produção de livros didáticos na segunda metade do século XIX. Dessa maneira, é necessário compreender o contexto legislativo no que se refere à produção de gramáticas e ao processo de gramatização no Pará. Este estado “se inseriu no campo da impressão e da editoração a partir da independência do Brasil” (Duarte, 2018, p. 117). Nessa lógica, as primeiras gráficas eram simples e sem equipamentos capazes de imprimir livros (Moreira, 1979). Mesmo diante das dificuldades para a impressão de livros no Pará no século XIX, duas publicações foram importantes nesse período:

a primeira foi o Ensaio corográfico sobre a Província do Pará, de Antônia Ladislau Moreira Baena, publicado em 1839. A obra foi impressa pela Typographia de Santos e Menor, pertencente a Honório José dos Santos. Em 1840 foi publicada a Cartilha Imperial, de Felipe Patroni (Duarte, 2018, p. 118).

A era da borracha permitiu o desenvolvimento da Província do Pará a partir da segunda metade do século XIX, possibilitando a criação de editoras e, conseqüentemente, a “editoração de obras didáticas no Pará” (Duarte, 2018, p. 118). Nesse contexto, segundo Duarte (2018), com os lucros da exportação de borracha, muitas livrarias foram criadas na capital (Belém), as quais editavam livros de diversas regiões do Brasil, porém, essas livrarias “se não evitaram fazer editoração para fins escolares, pouco fizeram nesse sentido” (Moreira, 1979, p. 13). Das editoras que se preocupavam com a editoração de livros didáticos, temos:

[...] a Livraria Universal, de Tavares de Cardoso & Cia, que se notabilizou por meio do lançamento de obras de fundo histórico, como *Estudos de História Paraense e Jesuítas do Grão-Pará*, de João Lúcio de Azevedo. O estudioso [Moreira, 1979] cita também a editora e oficina gráfica de Alfredo Augusto Silva onde foram publicadas as mais importantes obras literárias paraenses (Duarte, 2018, p. 120).

Moreira (1979) faz uma análise física das primeiras obras didáticas publicadas no Pará, destacando a precariedade material e gráfica delas. Inicialmente, essas obras tinham pouca qualidade, com formatação simples e desinteressante. A produção editorial ainda não era organizada e, por isso, os próprios autores financiavam a impressão de seus livros, refletindo a falta de estrutura editorial no Pará nesse período.

As mudanças estruturais e tecnológicas das editoras só ocorrem com a fase áurea da borracha (final do século XIX e início do século XX), como já foi mencionado anteriormente, quando o crescimento econômico da região, impulsionado pela exploração do látex, permitiu um mercado mais propício para a produção e circulação de obras escolares. Nesse contexto, Moreira (1979) afirma que o aumento do poder aquisitivo e da demanda possibilitou que essas obras passassem a ser impressas com maior frequência e até mesmo em gráficas estrangeiras, especialmente na França, o que sugere que a elite intelectual do Pará buscava padrões de qualidade elevados, além de rede de distribuição mais eficiente. As gráficas francesas Aillaud & Cie e Jablonski, Vogt & Cia simbolizam essa conexão entre o mercado local e os centros gráficos internacionais. Esses fatos são relevantes para compreender a evolução da produção editorial e didática no Pará, especialmente no contexto da história do livro escolar.

Segundo Moreira (1979), na segunda metade do século XIX, a Província do Pará teve um grande destaque na produção de livros escolares, especialmente na criação de gramáticas para o ensino da língua. Duarte (2018) atesta que o Pará possui um honroso acervo de livros escolares de leitura desse período. A província se destacou no processo de elaboração de livros,

porém, nem todas as obras tinham como primeiro destino o meio educacional, mas, depois foram adotadas nas escolas, como os catecismos e muitas obras literárias.

A instrução pública paraense passou por várias alterações e ampliações no século XIX. Contudo, algumas mudanças foram muito importantes para o contexto da década de 70, período que compreende este estudo. A Lei n. 33, de 30 de setembro de 1839, sancionada pelo presidente da província do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco, tinha como objetivo promover a instrução pública e a formação de professores na província. O art. 1º autoriza o Presidente da Província a criar uma Escola Normal em Belém (as Escolas Normais eram instituições voltadas para a formação de professores, especialmente de nível primário). Além disso, a lei permite que a província engaje (contrate) aluno qualificado de uma escola normal já estabelecida na Corte (Rio de Janeiro) ou que envie estudante paraense para ser treinado lá caso ele demonstre capacidade e empenho. Isso indica uma tentativa de importar ou desenvolver competências locais para a formação docente, envolvendo uma educação mais qualificada.

A lei nº 33, em seu art. 2º, expõe que o presidente também é autorizado a reimprimir o Curso Normal para Professores Primários de Mr. de Dérand, que havia sido traduzido e publicado no Rio de Janeiro. O texto seria distribuído não apenas aos alunos da nova Escola Normal, mas também a todos os professores de primeiras letras da província. Parece haver um esforço de padronizar e elevar o nível da instrução pública na região, fornecendo aos professores materiais pedagógicos adequados. Parece que há uma tentativa em melhorar a instrução pública e garantir a formação adequada de professores, algo essencial para o desenvolvimento cultural e social da Província do Pará. Porém, essa tentativa de elevar a qualidade da instrução pública ficou apenas no papel, pois José Joaquim da Cunha, presidente da província, em 1854, critica o ensino precário e a necessidade de produção de livros de leitura destinados a escola (Duarte, 2021, p. 129).

A Lei n. 97, de 28 de junho de 1841, sancionada por Bernardo de Souza Franco, vice-presidente da província do Grão-Pará, mais uma tentativa de melhorar o ensino, regula a instrução pública na província, dividida entre a educação primária e a secundária. O capítulo 1º, o qual trata da Instrução Primária, apresenta que o ensino deveria ser geral e gratuito para todos os cidadãos, conforme o art. 179 § 3º da Constituição do Império do Brasil de 1824. Dessa maneira, a instrução pública teria os estudos divididos em duas classes:

Classe 1ª. Leitura e Escrita ou Caligrafia, Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos, e proporções; Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia.

Classe 2ª. Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado, Noções de Civilidade, Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil (Pará, 1841)

A lei n. 97, em seu artigo 3º, apresenta uma ênfase especial à instrução de meninas. Logo, além dos conteúdos das duas classes anteriores, as meninas deveriam aprender atividades domésticas como costura, bordado, confecção de roupas, e outros “misteres próprios da educação doméstica”, reforçando os papéis tradicionais de gênero na época (Pará, 1841). Já no artigo 4º, no que se refere a instrução de todos os discentes, o método de ensino recomendado é o do Barão de Gérando, um educador cujas obras foram amplamente usadas para a formação de professores e instrução primária, como já mencionado anteriormente. Dessa forma, promove-se um método pedagógico moderno para o período.

O seu artigo 5º apresenta que as escolas deveriam ser equipadas pelo governo provincial com compêndios, livros, materiais de caligrafia, globos e mapas, permitindo que os professores elaborassem um orçamento anual para suprimentos, a ser aprovado por um diretor. A produção de livros na província do Pará enfrentava muitas dificuldades na editoração de livros, porém, foi só a partir da era da borracha, na segunda metade do século XIX, que a produção de livros escolares ganhou destaque na província do Pará. Logo, a implementação da lei foi muito lenta (Duarte, 2018, p. 118).

O artigo 6º mostra que o Presidente da Província tinha autoridade para criar escolas em locais aonde fossem mais necessárias, mas a fixação dessas escolas dependia da aprovação da Assembleia Legislativa, mostrando um controle institucional sobre a expansão da educação. Conseqüentemente, o seu artigo 7º estabelece que, caso uma escola não consiga manter pelo menos dez alunos matriculados e frequentando efetivamente durante dois anos consecutivos, ela será transferida para outro local com maior demanda e a Assembleia Legislativa seria informada dessas mudanças.

Essa lei demonstra a tentativa da província do Grão-Pará em padronizar a instrução pública para que se alinhasse aos valores da época. O foco na instrução pública feminina em habilidades domésticas reflete o papel social atribuído às mulheres na sociedade daquele tempo, enquanto o uso de materiais pedagógicos padronizados e a adoção de um método específico de ensino visavam profissionalizar torná-la mais eficiente.

A Lei n. 203, de 27 de outubro de 1851, sancionada por Fausto Augusto D'Aguiar, presidente da província do Grão-Pará, trata da estrutura da instrução primária, dividindo-a em dois níveis de ensino (primeiro e segundo graus). A lei especifica o conteúdo a ser ensinado em cada um desses graus, com um foco em habilidades fundamentais e conhecimentos cívicos

No primeiro grau se ensinará a ler, escrever, aritmética até proporções, gramática e ortografia prática, e noções dos deveres morais e religiosos. No segundo a ler, escrever, aritmética com aplicações ao comércio, geometria prática, gramática nacional, noções gerais da história e geografia do Império, noções dos deveres morais e religiosos, leitura da Constituição e do Código Penal do Império (Pará, 1851).

Na segunda metade do século XIX, a organização do ensino da gramática na Província do Pará seguia o modelo de gramática geral e filosófica, importando-se com o bom uso da língua, reconhecendo-a como uma arte do bem falar. Esses modelos eram a base para a criação de normas para o uso da língua e, conseqüentemente, e para os padrões de estruturação das gramáticas (Fávero, 2000). A questão da busca por uma padronização do ensino da gramática nacional enriquece uma visão nacionalista do ensino na língua, o que contribuirá no seu processo de instrumentalização. No entanto, as gramáticas usadas no Pará antes do estopim da borracha (o que intensificou a produção de gramáticas no Pará) vinham do Sul do Brasil ou eram importadas da Europa como o Curso Normal para Professores Primários de Mr. de Gérando, obra natural da França, mas que foi traduzida para o português brasileiro em 1839 (Bastos, 1998).

A lei n. 203 reflete uma preocupação em oferecer uma formação básica sólida, com foco não apenas nas habilidades de leitura, escrita e aritmética, mas também em preparar os estudantes para o mundo prático, especialmente no segundo grau, com o ensino de aritmética aplicada ao comércio e geometria prática. Nessa lógica, o estudo da Constituição e do Código Penal demonstra a intenção de formar cidadãos cientes de seu papel na sociedade e conhecedores das leis. Assim, a ênfase em moral e religião estava alinhada aos valores da época, consolidando uma visão educacional que englobava tanto o desenvolvimento intelectual quanto o ético.

A Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870, sancionada por Manoel de Jesus de Siqueira Mendes, 1º vice-presidente da província do Grão-Pará, reorganiza o ensino primário na província, dividindo-o em ensino primário inferior e ensino primário superior, e também trata da criação de escolas específicas para meninas. Apresenta-se que:

§ 1º. O ensino primário inferior constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros e fracionários, noções práticas do sistema métrico de pesos e medidas, noções de gramática portuguesa e moral civil e religiosa.

§ 2º. O ensino primário superior compreenderá: a gramática portuguesa, elementos de aritmética e de geometria, de geografia, história e noções rudimentares de ciências físicas e naturais (Pará, 1870).

O Art. 7º estabelece que haveria uma escola para o sexo feminino em cada paróquia da capital e nas cidades e vilas do interior, onde a frequência de meninas fosse superior a vinte. “O ensino primário para o sexo feminino compreenderá a leitura, escritas, as quatro operações sobre números inteiros, gramática portuguesa, moral civil e religiosa e costura” (Pará, 1870). O art. 8º prescreve que o presidente da província era responsável por designar os compêndios (livros escolares) usados nas escolas de instrução primária, e essas escolhas não poderiam ser alteradas sem aprovação da Assembleia Provincial. Dessa forma, buscava-se garantir uma uniformidade e controle no ensino. As gramáticas só eram aprovadas para serem usadas nas escolas se seguissem rigorosamente as prescrições do Conselho de instrução pública o qual estava alinhado com os modelos europeus.

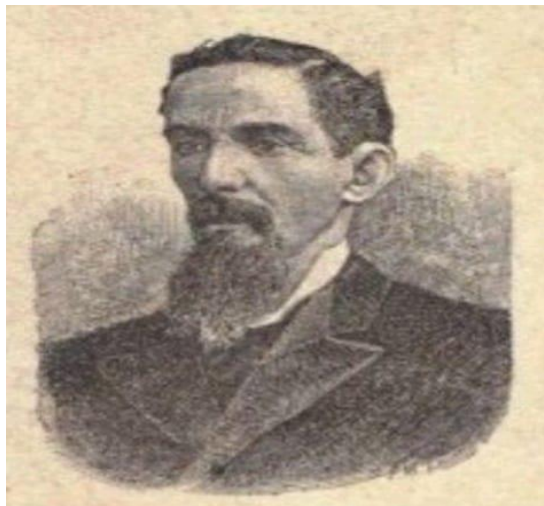
Essa lei n. 664 reflete uma tentativa de organizar e estruturar melhor a educação primária na província, tanto em termos de níveis de ensino quanto na educação específica para meninas. Nesse contexto, a divisão entre ensino primário inferior e superior buscava diferenciar o nível de profundidade dos conteúdos, garantindo uma progressão de aprendizado. A instrução de meninas continuava a ser influenciado pelos papéis tradicionais da época, com a adição de habilidades domésticas.

#### 2.2.5 JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA: ILUSTRE INVENTOR E GRAMÁTICO INOVADOR

Julio Cezar Ribeiro de Souza, inventor e gramático paraense, é a razão por trás desta pesquisa. Analisamos a *Grammatica Portuguesa* do autor paraense para compreender a contribuição dele processo de gramatização do português no Brasil. De acordo com Cunha

(1896, p. 111 a 112), Julio Cezar<sup>2</sup> nasceu em 13 de junho de 1843 na vila do Acará, no estado do Pará. Seus pais se chamavam José Ribeiro e Ana da Silva Ribeiro de Souza. Desde muito jovem, Julio Cezar já demonstrava uma inteligência acima da média. Foi matriculado no seminário da capital, Belém, onde se destacou entre os outros alunos. Em 1862, o intelectual entrou para o Exército e foi para a Escola Militar no Rio de Janeiro, onde teve um bom desempenho como estudante. No entanto, quando o Brasil declarou guerra contra o Paraguai, em 1865, Julio Cezar interrompeu seus estudos para se alistar como voluntário, juntando-se aos muitos jovens que, com entusiasmo, foram defender o país. Em 1869, após a guerra, Julio Cezar retornou ao Pará e, no ano seguinte, casou-se com Victoria Philomena do Valle.

Imagem 2: Julio Cezar Ribeiro Souza



Fonte: Cunha (1896, p. 111).

Cunha (1843) defende que Julio Cezar fez contribuições extraordinárias na produção literária brasileira devido ao seu talento poético. Publicou, em 1870, um livro de versos nomeado *Pyraustas*, descrito como uma obra de magníficas poesias<sup>3</sup>. Além desse livro, Julio Cezar deixou muitos outros poemas, alguns escritos em francês e espanhol, línguas nas quais ele era fluente. Um de seus trabalhos mais notáveis foi um soneto divulgado em 22 de maio de 1887, no periódico literário *Arena*, publicado em Belém. O poema foi escrito em homenagem

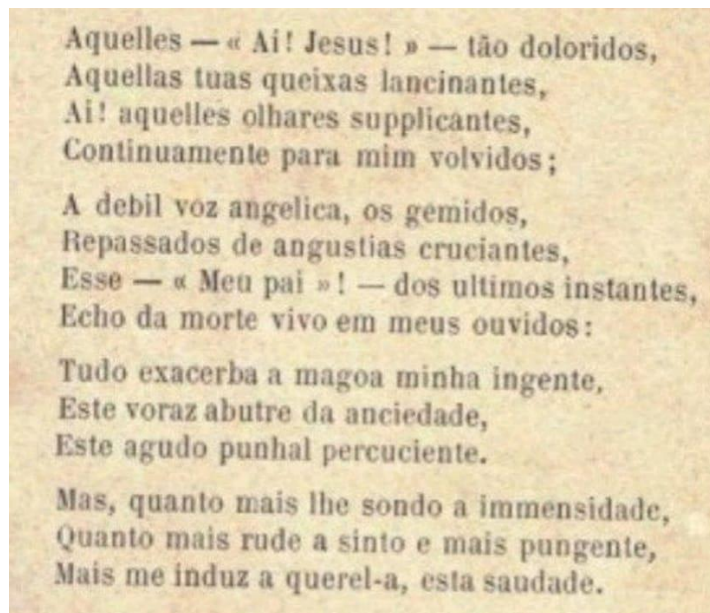
---

<sup>2</sup> Estamos nos referindo a Julio Cezar Ribeiro de Souza dessa maneira para diferenciar o gramático paraense do gramático mineiro Júlio César Ribeiro Vaughan, chamado no meio acadêmico de Julio Ribeiro.

<sup>3</sup> A obra pode ser encontrada na biblioteca da Universidade Federal do Pará.

à memória de seu filho, Agostinho, que havia falecido em 29 de janeiro daquele ano. A obra é comovente, transmitindo um sentimento autêntico e intenso e refletindo a dor pessoal de Julio Cezar pela perda de seu filho.

Imagem 3: Imagem do soneto de Julio Cezar Ribeiro Souza



Fonte: Cunha (1896, p. 119).

Depois que Julio Cezar participou da Guerra do Paraguai, passou a ser muito bem-visto pela sociedade paraense, tendo desempenhado vários cargos públicos. Foi promotor temporário da comarca de Cametá, diretor de um jornal nesta capital e chefe de uma seção na Secretaria do Governo (Cunha, 1896, p. 120).

O intelectual paraense é conhecido internacionalmente por ter inventado o primeiro balão que permitiria a navegação aérea. Cunha (1896) afirma que Julio Cezar, que tinha grande conhecimento em matemática, mergulhou profundamente no estudo dessa nova ideia e acabou inventando um sistema de balões que, até então, era desconhecido. Logo a invenção foi noticiada pela imprensa brasileira no início de 1880. Durante meses, ele fez experiências com pequenos balões de tecido e papel. Tendo obtido bons resultados, solicitou à Assembleia Legislativa do Pará uma subvenção para continuar suas pesquisas em Paris. A subvenção foi concedida pela lei n. 1.064, em 25 de junho de 1881 e Julio Cezar partiu para Paris. Lá, em 21

de outubro do mesmo ano, apresentou suas teorias à Sociedade Francesa de Navegação Aérea, sendo mencionadas brevemente no boletim mensal da sociedade *L'Aréonaute* (Cunha, 1896).

Segundo Cunha (1896), depois de construir o balão, com dez metros de comprimento e dois metros de diâmetro, que ele nomeou de *Le Victoria* em homenagem à sua esposa, Julio Cezar fez sua primeira experiência pública em 8 de novembro 1881. O teste foi realizado diante dos principais aeronautas franceses e de muitos espectadores. Os jornais afirmaram unanimemente que o *Le Victoria* havia avançado contra o vento sem o auxílio de nenhum propulsor. Esta conquista também foi reconhecida em um documento assinado por seis autoridades francesas, incluindo o renomado aeronauta H. Lachambre, porém,

[...] Julio Cezar vivenciou um desafio comum a muitos inventores: o de tornar viável, sem recursos próprios, um sonho de grande interesse para a humanidade e que demandava avultadas somas de dinheiro. Sem nenhum vínculo com instituições civis ou militares capazes de oferecer esse suporte, ele teve de buscar o patrocínio dos cofres públicos e particulares. Isso significava, entre outras necessidades, submeter-se a diversos interesses políticos, em um país que vivia os últimos anos de uma monarquia em crescente desprestígio (Crispino, 2004, p. 74).

Infelizmente, conforme Crispino (2004, p. 74) Julio Cezar não recebeu recursos suficientes para pôr em prática a sua invenção em uma época em que “monarquia em crescente desprestígio” e que pouco se importava com a ciência. Nesse contexto, com poucos investimentos, seus balões apresentaram problemas de construção e execução. Para piorar, em 9 de agosto de 1884, dois capitães franceses, Charles Renard e Arthur Constantin Krebs, realizaram com sucesso um voo a bordo do balão *La France*, que era ligeiramente menor que o *Santa Maria de Belém*. Eles completaram um percurso fechado de cerca de 8 quilômetros a uma velocidade média de 20 km/h, tornando o *La France* o primeiro balão dirigível da história. Julio Cezar, percebendo o plágio,

Escreveu um extenso protesto que fez publicar na imprensa paraense em português e em francês, e fez um requerimento ao Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) solicitando prioridade do sistema de balões fusiformes dissimétricos, segundo o qual foram construídos tanto o *Santa Maria de Belém* quanto o *La France*. O inventor endereçou a versão em francês de seu protesto para várias entidades científicas européias, incluindo a SFNA, que formalmente admitiu a chegada do documento na sessão de 8 de dezembro de 1884. Naquele mesmo mês, o periódico inglês *Invention and Inventors' Mart* publicou um artigo com um resumo do protesto, incluindo o desenho tanto do balão de Julio Cezar como daquele de Renard e Krebs. A notícia dava razão a Julio Cezar, considerado inventor do sistema comum aos dois balões (Crispino, 2004, p. 77 a 78).

Diante desse terrível acontecimento, ocorreu uma reunião com a presença do imperador D. Pedro II, o qual concedeu a Julio Cezar a oportunidade de promover uma conferência para o seu sistema de direção de balões e, também, os recursos necessários para pôr em prática o experimento com o balão Santa Maria de Belém (Crispino, 2004). Porém, no dia 14 de outubro de 1887 morre o ilustre paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza.

Diante da relevância de Julio Cezar Ribeiro de Souza para a história da aviação, o aeroporto internacional de Belém do Pará, localizado no bairro de Val-de-Cans, recebeu o nome Julio Cezar Ribeiro, em homenagem ao criador do balão dirigível, e a avenida que dá acesso ao aeroporto também recebe o nome de Julio Cezar.

Imagem 4: aeroporto Internacional de Belém



Fonte: Infraero

Julio Cezar passou a ser estudado e reconhecido a partir de 2016, com os estudos realizados pelo Grupo de estudo em história do livro didático da Amazônia (GEHLDA). Por meio das pesquisas do GEHLDA, se tem percebido a importância do gramático para a história da educação no Pará e no Brasil. Foi construída uma escola na rodovia PA-483, (Alça Viária), a qual liga Belém ao interior do estado, como o nome de Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Julio Cezar, logo, a escola possui imagens de seu funcionamento bem antes de 2012. Nesse contexto, a escola fica próxima ao rio Acará. O rio é situado geograficamente na região do município de Acará, onde Julio Cezar nasceu.

Imagem 5: escola de ensino infantil e fundamental Julio Cezar



Fonte: Google Maps

Embora seja conhecido internacionalmente apenas pela sua invenção, Julio Cezar também se destacou como um grande poeta, chegando a ser mais conhecido por suas produções literárias. Porém, esse ilustre intelectual teve uma importante contribuição para a história da educação no Pará, tendo contribuído significativamente para o ensino da língua portuguesa na província do Pará, publicando a *Grammatica Portugueza*.

A *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar Ribeiro de Souza possui uma relevância histórica significativa para a educação no Pará e, de forma mais ampla, para o processo de gramatização do português no Brasil. Ao ser a primeira gramática publicada especificamente no Pará, em 1872, a obra representa uma contribuição pioneira para o ensino da língua portuguesa na região. A produção de uma gramática paraense é um marco não apenas no contexto educacional local, mas também no desenvolvimento da identidade linguística e cultural da Amazônia.

A importância dessa gramática reside, primeiramente, no fato de que foi destinada ao ensino do vernáculo, ou seja, da língua materna, no contexto de um Brasil que estava em processo de construção de sua identidade nacional, e o ensino da língua portuguesa era central para essa construção. A gramática de Julio Cezar foi adotada nas escolas paraenses e aprovada oficialmente pelas autoridades educacionais da época, como demonstra o documento da Diretoria Geral de Instrução Pública do Pará (Duarte, 2018). Essa adoção institucional reforça a importância da obra para o sistema educacional da província, que buscava regulamentar e padronizar o ensino do português.

Além disso, a gramática reflete o esforço de adaptar o ensino da língua portuguesa às especificidades regionais do Pará, ao mesmo tempo em que alinha o estado ao movimento nacional de gramatização. O fato de a obra ter sido premiada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública indica que ela não apenas cumpria com os padrões exigidos para o ensino, mas também era vista como uma ferramenta essencial para a formação dos alunos da instrução pública primária da região. Portanto, a gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza é fundamental para a educação no Pará não apenas por ser a primeira do gênero no estado, mas também por ter contribuído para a consolidação de uma política linguística que valorizava o ensino do português como elemento estruturante da formação escolar e da identidade nacional.

### 3 METODOLOGIA

Línguas, como o português, se enriquecem com gramáticas, dicionários e a retórica, mantendo a precisão e atualidade do conhecimento sobre a linguagem (Colombat et al., 2017). Nesse sentido, os historiadores da História das Ideias Linguísticas estudam a história do conhecimento sobre a linguagem com o intuito de serem “capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua” (Fávero e Molina, 2004, p. 140). Surge, então, o fenômeno da gramatização. Aroux (2014) defende que a gramatização é o processo de descrever e instrumentalizar uma língua usando gramática e dicionário. No Brasil, o processo de gramatização do português tenciona romper com as ideias filosóficas hegemônicas de Portugal.

Os procedimentos teórico-metodológicos deste estudo se baseiam na História das ideias linguísticas. A metodologia utilizada são a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica se dá

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002, p. 32).

Segundo Pádua (1997, p. 62), a pesquisa documental é caracterizada pelo uso de documentos, sejam eles contemporâneos ou retrospectivos, que são considerados cientificamente autênticos, ou seja, não fraudulentos. Esse tipo de pesquisa é amplamente utilizado nas ciências sociais e na investigação histórica, com o objetivo de descrever ou comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. Trata-se de uma abordagem que busca compreender fenômenos sociais com base em fontes documentais, analisando e comparando informações para identificar padrões e variações.

Foram utilizadas fontes impressas, como livros e artigos científicos, como base teórico-metodológica para analisar a importância da *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar Ribeiro de Souza, autor paraense, para o processo de gramatização do português no Brasil.

No contexto da história das ideias linguísticas, a pesquisa bibliográfica se baseou em Colombat, Fournier e Puech (2017), Fávero e Molina (2004) e Auroux (2014) para a análise da obra de Julio Cezar e de sua contribuição para o processo de construção dos saberes sobre a língua portuguesa, pois “[...] se propõe levar em conta os saberes construídos em estados de sociedades diferentes, pertencentes a áreas culturais eventualmente diferentes”. (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p.16). Considerou-se, para a análise do papel do historiador e do horizonte de retrospectão, Colombat, Fournier e Puech (2017) e Moraes (2016); no que tange à epistemologia das ciências da linguagem, as pesquisas de Colombat, Fournier e Puech (2017) e de Auroux (2014) tomam grande relevância. Além disso, Orlandi e Guimarães (2001), Fávero (2002) tiveram as suas pesquisas consideradas a respeito da Gramatização do Português Brasileiro e o trabalho de Duarte (2018) foi muito importante para a discussão sobre a história do livro no Pará e para a análise do livro como objeto físico.

Considerou-se as pesquisas de Duarte (2018) e Moreira (1979) com o intuito de compreender como se deu processo de gramatização do Pará durante o século XIX e, dessa forma, evidenciar como o estado obteve “grande relevância na produção de livros de leitura e gramáticas primárias” (Duarte, 2022, p. 66). Observou-se as análises de Leite (2018) para o entendimento da gramática de Julio Cezar por um viés linguístico. Com esse referencial teórico foi possível entender todo o processo de análise, por uma concepção linguística, das ideias de Julio Cezar, pois esses saberes não se prendem a cronologias ou teorias (Leite. 2018, p. 2).

A pesquisa documental abrangeu, como fonte secundária, a análise de documentos oficiais do Brasil e do Pará no século XIX que normatizavam a instrução pública na época. Contudo, o principal documento analisado como fonte primária e como objeto de estudo foi a *Grammatica Portuguesa* de Julio Cezar Ribeiro de Souza. A opção por uma pesquisa bibliográfica e documental se justifica pela natureza metodológica do tema abordado, que exige uma compreensão profunda sobre a contribuição da *Grammatica Portuguesa* de Julio Cezar Ribeiro de Souza no processo de gramatização do português brasileiro, logo, a escolha dessa abordagem permitiu uma discussão ampla e fundamentada sobre o objeto de estudo.

Descrevemos a *Grammatica Portuguesa* sob o aspecto físico, considerando a História das Ideias Linguísticas. Nessa lógica, o estudo das partes que compõem a obra será apresentado sem nenhum tipo de análise fundamentada em teorias linguísticas da atualidade como a comparação com a estrutura das gramáticas da contemporaneidade, mas conforme o horizonte de retrospectão que permeava a obra na época, sem taxá-la como correta ou incorreta (Colombat; Fournier; Puech, 2017). Dessa forma, a análise da composição estrutural da obra

busca observar se ela obedece de forma integral as regras advindas de concepções filosóficas ou se já possui características das gramáticas científicas.

A *Grammatica Portugueza* é analisada sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas, com o intuito de realizar uma análise linguística detalhada da obra. Nesse contexto, para entender os saberes construídos por Julio Cezar Ribeiro de Souza, torna-se essencial não apenas compreender o contexto de produção da gramática, mas também levar em consideração as informações biográficas do autor, o que Moraes (2016) denomina como “horizonte de retrospectão”. Com base nessa abordagem, o estudo adota uma visão fenomenológica do objeto, mantendo uma postura de neutralidade epistemológica em relação à gramática, a fim de observar seu desenvolvimento e as influências contextuais que moldaram a obra ao longo do tempo, de acordo com um enfoque de historicismo moderado.

Essa pesquisa é feita à luz da epistemologia descritiva, pois buscamos refletir sobre o saber presente na gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza. Nesse contexto, o horizonte de retrospectão da obra e de seu autor permitirá analisar o contexto de produção desse instrumento e como o compêndio contribuiu com o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil. A análise é feita por meio de uma temporalidade interna, ou seja, apresentando o nível de análise de algumas normas linguísticas feito por Julio Cezar.

A análise linguística da obra levou em consideração sete notas de rodapé, as quais apresentavam o ponto de vista crítico do autor sobre alguns fatos da língua portuguesa. A primeira nota trata do participípio na página 1; a segunda fala sobre os pronomes indefinidos localizada na página 11; a terceira nota diz respeito à “partícula se”, a qual é a mais extensa da obra, iniciando na página 12 e finalizando na página 15; na quarta nota estudada, o autor se posiciona sobre o artigo, localizado nas páginas 18 e 19; a quinta nota de rodapé trata da divisão dos verbos ativos com início na página 32 e vai até a página 34; a sexta nota, página 36, trata do modo condicional de um verbo; a sétima nota aborda a conjugação dos verbos “pôr e partir”, localizada na página 61. Estas notas de rodapé foram escolhidas por apresentarem questões críticas sobre a língua em que o autor se posiciona sobre a norma proposta pela Diretoria de Instrução Pública do Pará e apresenta como essas normas da língua devem sujeitar-se à realidade linguística brasileira.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, serão apresentadas as contribuições do autor Julio Cezar Ribeiro de Souza para o mundo científico: sua contribuição no campo da aeronáutica, da literatura e da gramática. Nesse sentido, busca-se explorar a trajetória de Julio Cezar, destacando tanto sua atuação como inventor quanto sua relevância como gramático inovador. A análise de sua vida e obra revela não apenas as adversidades enfrentadas no desenvolvimento de suas invenções, mas também a importância de sua *Grammatica Portugueza* para o processo de gramatização do português no Brasil.

Apresentamos a análise da estrutura física de sua obra com o intuito de compreender como a gramática de Julio Cezar está dividida e os conteúdos apresentados nela os quais contribuíram para a aprovação do compêndio pelo Conselho de Instrução Pública do Pará. A análise linguística feita na obra foi um dos pontos cruciais para essa pesquisa, pois serve de base para o reconhecimento de sua contribuição no processo de gramatização do Brasil.

### 4.1 A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO PARÁ: A *GRAMMATICA PORTUGUEZA* DE JULIO CEZAR

Julio Cezar, autor paraense, era fluente em diversas línguas, principalmente em castelhano e francês, logo, o fato de dominar as regras de escrita dessas línguas, facilitou a escrita de uma gramática da língua portuguesa (Moreira, 1972, p. 31). O educador ficou conhecido como o gramático mais instruído. Essa sapiência sobre a língua o ajudou na explanação de sua discordância sobre algumas regras do português, sobre as quais falaremos na seção 4.3.

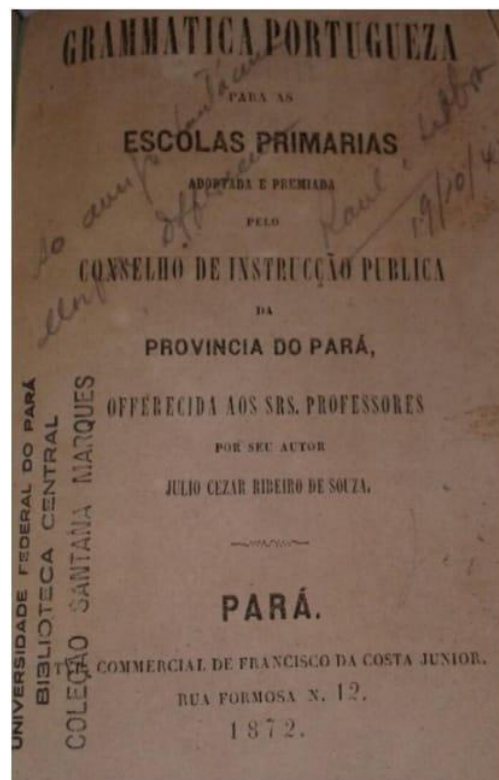
No período da publicação da gramática de Julio Cezar, o comércio editorial paraense ainda não possuía a estrutura necessária para a produção de gramáticas melhor elaboradas fisicamente. Moreira (1972) já apresentava que as gramáticas produzidas antes da fase áurea da borracha (1890-1910) eram mais simples, pois:

De modo geral, nossas primeiras obras didáticas são materialmente pobres, de pequeno formato, com desinteressante apresentação gráfica. Não havia ainda comércio editorial

organizado, de modo que essas obras eram quase sempre impressas às expensas dos próprios autores (Moreira, 1972, p. 14).

A *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar inaugurou a publicação de gramáticas no Pará, disponibilizando ao público a primeira gramática de autor paraense na província paraense. O compêndio era uma gramática de pequeno porte e de estrutura simples, conforme os recursos editoriais disponíveis na época. A obra foi publicada na “‘Tipografia Comercial’, de Francisco da Costa Junior, estabelecimento situado na então Rua Formosa, hoje 13 de maio” no ano 1872 (Moreira, 1972, p. 30).

Imagem 6: capa da *Grammatica Portugueza*, 1872



Fonte: seção de obras raras da biblioteca Central da UFPA, 2014.

Pode-se observar a simplicidade da capa. Na parte superior da capa, há o título em caixa alta *Grammatica Portugueza*; seguido abaixo de sua destinação: “para as escolas primárias”. Logo, segue a informação que essa gramática foi adaptada e premiada pelo conselho de instrução pública da província do Pará. Julio Cezar oferece o compêndio aos professores. A

obra possui 107 páginas. Por fim, na parte inferior da capa há o nome da editora, endereço e ano de publicação, já informado acima de produção.

A gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza foi publicada para ser usada nas escolas da província do Pará. Esse processo começou com o documento n. 204, da Diretoria Geral de Instrução Pública, assinado pelo diretor interino José Felix Soares; esse documento advém do artigo 15 do regulamento de 1871 (Souza, 1872). O documento formalizava a adoção da gramática de Julio Cezar nas escolas (Duarte, 2021, p. 139). Na época, o Barão de Santarém era o vice-presidente da província e atuava como diretor interino da instrução pública. Em 16 de dezembro de 1872, ele endossou a decisão do Conselho de Instrução Pública, que considerou a gramática a melhor disponível, comparando-a a outras usadas em diferentes regiões, e concedeu um prêmio de 1 conto de reis ao autor.

Tenho a honra de comunicar a vossa v.exc. que o conselho director de instrucção publica, segundo a disposição do n. 2 do art. 15 o regulamento de 20 de abril de 1871, approvou, em sua sessão de 9 do corrente, o compendio de grammatica portugueza organizado por Julio Cezar Ribeiro de Souza para uzo das escolas de instrucção primária; e como fosse julgado o melhor dos que actualmente existem, resolveu o mesmo conselho conceder ao auctor o premio de um conto de reis de conformidade com a disposição do art. 39 do regulamento citado, sujeitando-se seu auctor a fazer-lhe as alterações indicadas pelo director geral interino (Souza, 1872, I)

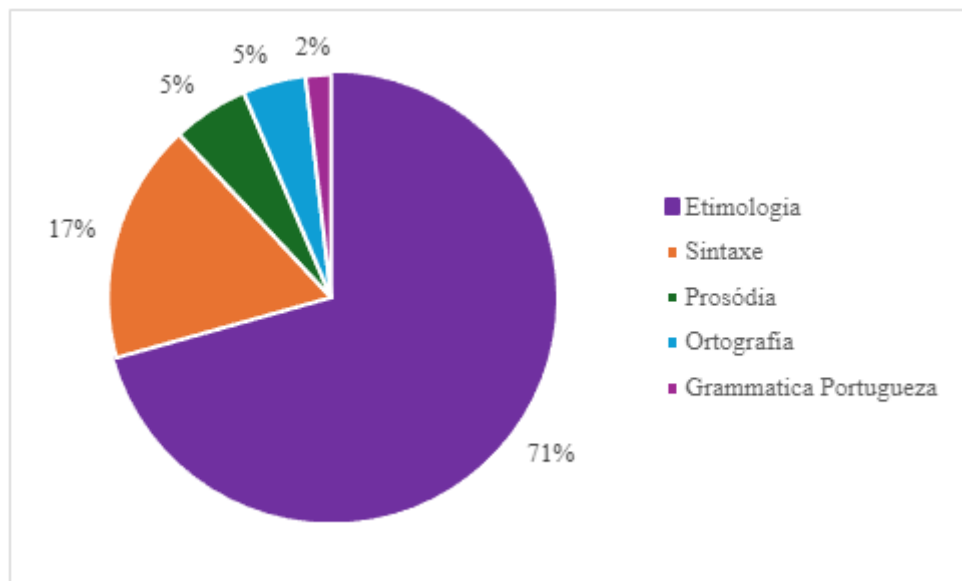
Um aspecto relevante desse documento é que Julio Cezar foi obrigado a fazer alterações em sua gramática para alinhar-se às normas da época, que valorizavam a cultura europeia, até mesmo nas formas linguísticas. As gramáticas publicadas naquele período seguiam a tradição filosófica de Portugal e qualquer característica do português falado no Brasil era vista negativamente, sendo chamada de “brasileirismo” (Duarte, 2021). Em 1872, quando a gramática foi publicada, o ensino primário na província do Pará seguia a Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870, que dividia o ensino em Primário Inferior e Primário Superior (Barros e Duarte, 2022, p. 197). Dessa forma, a gramática de Ribeiro de Souza foi usada em ambas as etapas do ensino.

A gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza apresenta características das gramáticas filosóficas, refletindo a influência dos modelos de livros de ensino da língua da Idade Média, especialmente em sua estrutura. Ela está dividida em cinco partes: a primeira intitulada *Grammatica Portugueza* com 2 páginas; a segunda aborda a etimologia, com 77 páginas; a terceira trata da sintaxe, com 19 páginas; a quarta se refere à prosódia, com 6 páginas e, por

fim, a ortografia, que ocupa 5 páginas. Julio Cezar define cada uma dessas partes, oferecendo exemplos e atividades para facilitar a compreensão.

Nilvane e Duarte (2022), em sua pesquisa, dividiram a gramática de Julio Cezar em quatro partes e não consideraram o primeiro tópico do livro, intitulado *Grammatica Portugueza*. No entanto, consideramos esse tópico como uma parte da gramática, pois apresenta conceituações referentes à língua portuguesa, uma abordagem apoiada por historiadores das ideias linguísticas, como Leite (2018), que, ao analisar o *Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Padre Antonio da Costa Duarte, também considera o tópico inicial, que apresenta conceituações sobre a língua, parte dessa gramática. Diante disso, a seguir, apresenta-se um gráfico, produzido pela autora desta pesquisa, o qual ilustra a divisão da *Grammatica Portugueza* em porcentagens, de acordo com o conteúdo abordado na obra.

Gráfico 1: Divisão do conteúdo na Grammatica Portugueza



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Julio Cezar inclui em sua gramática diversas notas de rodapé, que constituem o principal objeto de análise desta pesquisa. A partir dessas notas, será investigado se Julio Cezar apresenta em seu compêndio marcas do português brasileiro e se foi o primeiro gramático a dar início ao processo de gramatização da língua portuguesa, considerando se sua obra já apresentava características científicas. Assim, a tabela a seguir apresenta a sequência de cada nota de rodapé encontrada na *Grammatica Portugueza*.

Tabela 1: Notas de rodapé presentes na Grammatica Portuguesa

Parte	Página	Assunto
Grammatica Portugueza	1	Particípio
Etimologia	9	Compreensão da nomenclatura “Deuses”
Etimologia	11	Pronome indefinido “alguém”
Etimologia	12 a 15	“Se” como Pronome indefino
Etimologia	18 a 19	Artigo como uma espécie distinta de palavras
Etimologia	32 a 34	A divisão dos verbos ativos
Etimologia	35	Proposta de leitura da nota da página 61
Etimologia	36	Modo condicional do verbo ou modo do indicativo
Etimologia	61	Conjugação dos verbos “partir e pôr”

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Observa-se, na tabela acima, que a maioria das notas de rodapé tratam de etimologia. Nesse contexto, Julio Cezar faz um excelente uso dessas notas, pois, apesar de ser obrigado a alinhar sua gramática aos moldes propostos pela Instrução Pública da província paraense, ele discordava de algumas regras impostas aos falantes brasileiros e expressava claramente seu posicionamento em muitas dessas notas. Assim, no próximo subcapítulo, serão analisadas algumas dessas notas de rodapé por meio de uma análise linguística.

#### 4.2 A GRAMMATICA PORTUGUEZA: ANÁLISE LINGUÍSTICA

Julio Cezar Ribeiro de Souza produziu a *Grammatica Portugueza* na década de 70 do século XIX (1872), período em que as gramáticas seguiam o modelo das gramáticas filosóficas,

impondo-se uma maneira fixa de pensar sobre as línguas, limitando as normas ao “certo” ou “errado” (Fávero, 2000).

Julio Cezar, na primeira divisão de sua gramática intitulada *Grammatica Portugueza*, apresenta a definição de gramática como “[...] a arte de fallar, ler e escrever correctamente a língua portuguesa”. Assim, fica nítido que essa gramática ainda segue as prescrições do modelo filosófico de tradição greco-latina. Contudo, autor utilizou paratextos (notas de rodapé) para apresentar a sua discordância a algumas regras linguísticas presentes em seu manual como exigência do Conselho de Instrução Pública do Pará como condição para a aprovação das gramáticas para ensino primário na província. Diante disso, analisamos sete dessas notas que apresentam a opinião do paraense diante dessas regras.

- Página 1 - Particípio: Julio Cezar discorda da classificação do particípio como categoria independente, mas o apresenta assim por imposição da regulamentação.

Na primeira nota localizada na página 1 (um), Julio Cezar afirma: “Não considero o Particípio<sup>4</sup> como uma espécie a parte de palavras: dou-o, entretanto, como tal, porque assim exige o conselho de instrução pública” (Souza, 1872, p. 1). Este texto reflete a necessidade de conformidade com as diretrizes educacionais vigentes na época. Mesmo que o autor possuísse uma visão particular acerca do particípio, o paraense expressa uma divergência em relação à classificação tradicional do particípio como uma categoria autônoma dentro da morfologia.

Julio Cezar afirma que, em sua concepção, o particípio não deveria ser tratado como uma espécie à parte no estudo das palavras, o que sugere uma visão mais integrada da função desse termo dentro da língua. No entanto, ele opta por seguir a classificação tradicional por exigência do Conselho de Instrução Pública, uma instituição reguladora do ensino da época, que orientava as práticas pedagógicas e as normas gramaticais.

- Página 11 - Pronomes Indefinidos: o gramático considera “alguém”, “outrem” e “ninguém” como adjetivos, em contraste com a visão normativa que os prescreve como de pronomes indefinidos.

---

<sup>4</sup> Julio Cezar apresenta o Particípio como uma palavra variável que participa estruturalmente de um verbo devido ao fato de derivar dele (Souza, 1872, p. 72).

Na nota de rodapé da página 11, o educador aborda que “Alguns grammaticos consideram também como pronomes indefinidos as palavras <<alguém, outrem e ninguém>>. Seguindo as opiniões mais autorizadas, considero taes palavras como adjetivos, e assim as classifico” (Souza, 1872, p. 11). Nesse texto o autor expressa seu posicionamento em relação à classificação de certas palavras que, na época, geravam divergências entre os gramáticos. As palavras *alguém, outrem e ninguém*<sup>5</sup> eram, por alguns gramáticos, consideradas pronomes indefinidos. Contudo, Julio Cezar opta por seguir a opinião de autoridades linguísticas que as classificam como adjetivos. Portanto, sua escolha reflete a complexidade da categorização linguística naquele período, em que havia variação e debate sobre as fronteiras entre classes gramaticais.

- Páginas 12 a 15 - Partícula *se*: Julio Cezar defende que o *se* funciona como sujeito, contradizendo a classificação de complemento direto.

Na terceira nota de rodapé, que vai da página 12 à página 15, Julio Cezar discute sobre a partícula *se*<sup>6</sup> como pronome indefinido. Na nota, o gramático apresenta uma crítica à concepção tradicional dos gramáticos que não reconhecia o *se* como pronome indefinido e negava a função da partícula como sujeito da oração. O educador começa a nota apontando que a maioria dos gramáticos confunde o *se* com uma variação dos pronomes pessoais (como *a si*), que serviria apenas como complemento, retirando-lhe a capacidade de atuar como sujeito. Diante disso, mesmo Julio Cezar afirmando que a gramática não possuía o objetivo de analisar profundamente o fenômeno, decide esclarecer a sua posição sobre o tema em nota de rodapé.

Não comporta este trabalho uma discussão seria e profunda sobre isto; não posso, entretanto, deixar de dizer algumas palavras a respeito, por isso que é de meu dever demonstrar o que avanço contra a rotina (Souza, 1872, p. 12).

---

<sup>5</sup> O autor evidencia na gramática as palavras “alguém, outrem e ninguém” como adjetivos determinativos por tomarem a pessoa ou coisa em seu sentido genérico, parcial ou individual (Souza, 1872, p. 17).

<sup>6</sup> Na perspectiva de Julio Cezar Ribeiro de Souza, o pronome indefinido é descrito como uma palavra que, dentro de uma oração, refere-se a uma pessoa coletiva de maneira vaga e indeterminada. O autor delimita a língua portuguesa como possuindo apenas um único pronome que atende a essas características, o *se*, que assume o papel de representar de forma genérica a ideia de “a gente” ou “o homem”. Assim, o *se* desempenha uma função que vai além da identificação individual, sugerindo uma coletividade indefinida e impessoal.

A definição de Julio Cezar evidencia a particularidade do pronome *se* em sua invariabilidade e na ausência de preposição que o preceda. Ele não admite flexão e se distingue de outras categorias de palavras, pois sua função é restrita ao papel de sujeito. Isso significa que o *se* sempre se coloca como o agente da ação expressa pelo verbo, devendo, obrigatoriamente, exigir que o verbo esteja na terceira pessoa do singular, contribuindo para a impessoalidade no anunciado. (Souza, 1872, p. 11 a 12).

Julio Cezar defende que o *se* tem função análoga ao pronome francês *on*, que é sempre sujeito em construções da língua francesa. Segundo a argumentação do educador, a lógica gramatical deve ser uniforme entre as línguas, de forma que um elemento que atua como sujeito em uma língua deve, necessariamente, manter essa função em outra. O autor critica a incoerência dos gramáticos que negam essa uniformidade lógica com o argumento de que a lógica da língua é mutável e baseada em princípios falsos, o que Julio Cezar considera um absurdo (Souza, 1872).

Ora, a lógica repouza em princípios immutáveis e é geral e uniforme a todas as línguas, e assim sendo, o sujeito de uma oração em uma dellas será o mesmo sempre em todas as outras.

Negar esta conclusão é afirmar que a lógica é multiforme em sua aplicação particular a cada língua, o que vale afirmar que ella repouza em princípios variáveis e falsos.

Isto é absurdo (Souza, 1872, p. 12).

O gramático paraense faz referência à opinião de dois gramáticos: Soares Barbosa e Sotero dos Reis. Soares Barbosa, que considera o *se* apenas como complemento, distingue o uso da partícula com verbos ativos como complemento objetivo e com verbos ativos relativos como terminativo. Ou seja, Soares Barbosa reconhece o *se* não como sujeito, mas como complemento, posição divergente daquela adotada por Júlio Cezar. A definição de Barbosa indica que o *se*, quando utilizado com verbos ativos, deve ser considerado como um complemento objetivo.

Soares Barbosa diferencia o uso da partícula *se* com dois tipos de verbos ativos: os transitivos diretos e os transitivos relativos. Nos verbos transitivos diretos, ele classifica o *se* como complemento objetivo, ou seja, atua como o objeto direto da ação verbal, como em: *Ele feriu-se*. Já nos verbos transitivos relativos (que exigem preposição), o *se* assume a função terminativa, indicando o fim ou a conclusão da ação verbal, como em: *Ele arrependeu-se do erro*. (Souza, 1872, p. 13).

O autor também critica Sotero dos Reis por este negligenciar o fato de que o *se* pode ser usado com verbos intransitivos, citando exemplos como “se morre”, “se vive”, que são equivalentes ao uso do *on* no francês. Ademais, Sotero dos Reis defende que o *se* atua como um complemento direto aparente que transforma o verbo transitivo em passivo, especialmente

quando o sujeito é uma coisa e não uma pessoa. Julio Cezar aponta as contradições que essa visão restrita do *se* gera, levando a uma compreensão incoerente da função sintática desse elemento. Conforme Soares Barbosa e Sotero dos Reis, o *se* é complemento direto pelo fato de estar próximo ao verbo ativo (Souza, 1872, p. 13).

Ora, ninguém, que conheça a grammatica, ignora que o complemento directo, que é o paciente da acção, e que o sujeito da activa vae ser complemento indirecto ou terminativo na passiva, conservando também o seu character “activo” de agente da acção (Souza, 1872, p. 14).

Julio Cezar demonstra que, de acordo com a lógica dos gramáticos mencionados, o sujeito da voz passiva deve ser o complemento direto da voz ativa. No entanto, ao analisar a frase “Fez-se a casa” e sua transformação para a voz passiva (*A casa foi feita*), ele evidencia a inconsistência: o sujeito da ativa, que deveria ser complemento na passiva, permanece como sujeito, o que contraria a lógica gramatical. Essa inconsistência, para ele, prova que a visão tradicional está equivocada e que o *se* deve, de fato, ser considerado sujeito na construção ativa. Diante disso, Julio Cezar afirma que:

Tudo isto é tão palpavelmente absurdo que por si só prova exuberantemente que não basta o prestígio das autoridades para a garantia das falsas doutrinas.

Deste grande erro provam um idiotismo da nossa língua e é o do emprego do verbo no plural em todas as orações análogas à que acabamos de analysar, quando o complemento objetivo (a que chamão de sujeito) é do plural (Souza, 1872, p. 15).

- Páginas 18 a 19 - Artigo: o gramático propõe que o artigo seja tratado como adjetivo determinativo, contrariando a tradição que o vê como uma classe distinta.

Na nota localizada nas páginas 18 e 19, Julio Cezar argumenta sobre a questão do reconhecimento do artigo<sup>7</sup> como adjetivo determinativo. Nessa lógica, o autor aborda a questão da classificação do artigo na gramática, questionando a visão tradicional que o trata como uma

---

<sup>7</sup> Julio Cezar define o artigo como adjetivo determinativo e deve ser posto antes do nome para evidenciar a sua individualidade, determinada ou vaga (Souza, 1872, p. 18).

categoria distinta de palavra, ou seja, o artigo seria considerado como mais uma classe de palavras. Logo, o autor paraense se alinha à opinião de gramáticos como Soares Barbosa, Sotero dos Reis, Duarte Pimentel e Condurú, que consideram o artigo como um “adjetivo determinativo”. Para Julio, essa abordagem é mais coerente, pois, mesmo os gramáticos que veem o artigo como uma classe separada acabam por atribuir-lhe funções características dos adjetivos determinativos em suas definições (Souza, 1872).

Julio Cezar cita os gramáticos Laurindo Rabello, Fernandes Pinheiro e Monteverde para demonstrar que, ao definirem o artigo, estes autores destacam o papel dele de determinar o substantivo, ou seja, de especificar o sentido em que o substantivo deve ser entendido. Nesse sentido, as definições indicam que o artigo não possui significado por si só, mas serve para particularizar o substantivo, conferindo-lhe um sentido determinado. Desta maneira, Julio Cezar observa que essas propriedades são as mesmas atribuídas ao adjetivo determinativo, que também tem a função de especificar o sentido de um substantivo, tornando-o genérico, parcial ou individual.

Artigo é uma palavra que posta antes do nome indica que este deve ter um sentido determinado» (Laurindo Rabello).

O artigo é uma pequena palavra que serve para «determinar» os nomes mostrando o sentido em que devem ser tomados (Fernandes Pinheiro.)

Artigo é uma palavra que por si só nada significa, mas, anteposta aos nomes communs, serve para mostrar que se tomão n'um sentido determinado» (Monte- verde.)

Estes mesmos grammaticos definem o adjectivo determinativo do seguinte modo:

Laurindo Rabello « Chamão-se adjectivos determinativos aquelles que, sem exprimir uma qualidade, fazem que a pessoa ou couza significada pelo substantivo a que se referem seja tomada em um sentido generico parcial ou individual. »

Fernandes Pinheiro: « Pertencem à classe dos determinativos aquelles adjectivos que servem para designar de modo particular as relações que existem entre elles e os substantivos a que se referem: » Monteverde: « Servem (os adjectivos determinativos) para determinar a significação dos substantivos, por uma ideia que lhes acrescentam, isto é, para fixal-a de modo que se não confunda com outro.» (Souza, 1872, p. 18 a 19).

O autor aponta a similaridade entre as definições de artigo e de adjetivo determinativo, sugerindo que a distinção entre essas duas classes de palavras não se justifica. Nesse contexto, Julio reforça esse ponto ao citar Soares Barbosa, que argumenta que os artigos, assim como os adjetivos, não foram criados para indicar o gênero dos nomes, mas para retirar os substantivos da generalidade e conferi-los um sentido individualizado. Dessa forma, a concordância de

gênero e número entre os artigos e substantivos seria, portanto, uma característica compartilhada com os adjetivos.

Julio Cezar também faz referência à ausência de artigos na língua latina, destacando que essa falta não impede que os substantivos nessa língua sejam declinados e distinguidos quanto ao gênero e ao número. Logo, para ele, isto reforça a ideia de que os artigos não são essenciais para marcar gênero, mas sim para restringir e determinar o sentido do substantivo. Com essa análise, o autor fundamenta sua escolha de classificar o artigo como um adjetivo determinativo, sustentando que a função primária do artigo é a de limitar e definir o substantivo, de maneira semelhante ao que fazem outros adjetivos determinativos.

Não é pois para indicar o genero dos nomes appellativos que os artigos foram inventados, mas sim para os tirar da generalidade, e mostrar que se tomam n'um sentido individual. »

A estas judiciosas razões accresce a circumstancia de não haver artigos na língua latina como em algumas ontras e nem por isso deixarem ellas de distinguir o genero e numero dos seus substantivos (Souza, 1872, p. 19).

- Páginas 32 a 34 – Julio Cezar discorda da necessidade da divisão dos verbos em ativos e recíprocos.

Nas notas de rodapé das páginas 32 a 34, o autor da *Grammatica Portugueza* trata da divisão dos verbos ativos<sup>8</sup>, em que apresenta uma crítica às classificações tradicionais dos verbos ativos em reflexos e recíprocos. O autor questiona a necessidade dessas divisões que, a seu ver, são supérfluas e não afetam a compreensão ou a estrutura da ação expressa pelo verbo.

Dou estas divisões, não porque me pareçam necessarias, senão por evitar questões inuteis, visto taes divisões não serem prejudiciaes.

Desde que um verbo tem um complemento abjectivo, seja elle nome ou pronome, e que sua acção é a mesma com um ou com outro, para que semelhantes divisões? (Souza, 1872, p. 32 a 33).

---

<sup>8</sup> Julio Cezar apresenta os verbos ativos como verbos que podem ser verbos reflexos ou recíprocos. Os verbos reflexos indicam que a ação recai sobre o sujeito que pratica a ação; os verbos recíprocos indicam que os verbos, no plural e em conjunto com as variações pronominais “nos, vos, se”, apresentam que os sujeitos praticam e sofrem a ação verbal (Souza, 1872, p. 33).

O autor começa dividindo os verbos ativos em reflexos e recíprocos. No entanto, o gramático deixa claro que oferece essa divisão apenas para evitar “questões inúteis”, já que tais categorias, em sua opinião, não prejudicam a gramática, tampouco são essenciais. Julio Cezar argumenta que, desde que um verbo tenha um complemento objetivo, seja ele um nome ou um pronome, a ação do verbo permanece a mesma. O teórico exemplifica isso com as frases “eu amo a pátria” e “eu me amo”, ambas expressando a mesma ação de amar, independentemente de o objeto ser a pátria ou o próprio sujeito. Assim, o verbo “amar” é o mesmo e, portanto, a distinção entre essas formas não altera a ação verbal em si (Souza, 1872, p. 33).

Ao tratar dos verbos reflexos, o intelectual apresenta a ideia de alguns gramáticos, como Lemare e Bescherelle, de que para haver reflexão é necessário existir uma ação e uma reação simultâneas. No entanto, Julio Cezar questiona se isso de fato ocorre em todos os casos. No exemplo “eu me firo”, o teórico defende que essa expressão é equivalente a “eu firo meu corpo” e ambas comunicam a mesma ideia, embora a primeira forma seja mais elegante e concisa. Nesse sentido, o gramático nega que o verbo “ferir” seja verdadeiramente reflexo apenas por se referir ao corpo do sujeito, já que a ação afeta o corpo, mas não a totalidade da personalidade do sujeito (Souza, 1872, p. 33).

Quanto aos verbos recíprocos, o autor também refuta a necessidade de tal classificação. Julio Cezar explica que, em frases como “eles se prezam”, a reciprocidade não está diretamente expressa no verbo “prezar”. Somente com o auxílio de palavras adicionais, como “mutuamente” ou “reciprocamente”, é possível determinar se a ação é recíproca. Assim, a reciprocidade não é uma característica inerente ao verbo em si, mas sim uma interpretação adicional que depende do contexto (Souza, 1872, p. 34).

- Página 36 - Modo Condicional: o gramático sugere que o modo condicional seja visto como modo independente e não como tempo do indicativo.

Na nota de rodapé da página 36, Julio Cezar expõe a questão do modo condicional do verbo<sup>9</sup>. Nesse âmbito, o autor apresenta uma crítica à visão de alguns gramáticos sobre a classificação do condicional no sistema verbal. O autor começa expondo que muitos gramáticos consideram o condicional como um tempo do indicativo, ao invés de um modo independente. No entanto, ele contesta essa interpretação, argumentando que, se tal classificação fosse

---

<sup>9</sup> Julio Cezar apresenta o modo condicional do verbo como um modo verbal que depende de uma condição para que um determinado fato ocorra (Souza, 1872, p. 36),

razoável, geraria uma contradição nos próprios princípios estabelecidos por esses mesmos autores (Souza, 1872, p. 36).

Julio Cezar utiliza como base a definição de Soares Barbosa, que caracteriza o indicativo como sendo um modo “absoluto e independente” (Souza, 1872, p. 36). Segundo essa visão, as formas verbais do indicativo exprimem ações que não dependem de outras circunstâncias ou condições para ocorrerem. Elas são afirmadas de maneira categórica. No entanto, o condicional, por sua própria natureza, é uma forma verbal que expressa dependência, ou seja, está sempre relacionado a uma condição para se realizar. Por exemplo, em frases como *eu faria isso, se tivesse tempo*, a ação expressa pelo verbo *faria* depende de uma condição não realizada (*se tivesse tempo*).

Diante disso, o autor argumenta que seria contraditório incluir o condicional no indicativo, já que este modo é, por definição, independente, enquanto o condicional é, por essência, dependente de uma condição. Tal classificação, na visão de Julio Cezar criaria um "absurdo" lógico, ao tentar conciliar dois conceitos incompatíveis: a independência do indicativo e a dependência inerente ao condicional.

- Página 61 - Conjugação dos Verbos: Julio Cezar critica a classificação dos verbos *partir e pôr* como segunda conjugação, defendendo que devem se submeter ao uso atual da língua.

A última nota, localizada na página 61, apresenta a análise de Julio Cezar Ribeiro de Souza referente à conjugação dos verbos “Partir e Pôr”. Na nota, o autor discute a conjugação desses verbos, focando especificamente na terminação do infinitivo de cada um deles como critério distintivo das conjugações.

A crítica de Julio Cezar diz respeito ao verbo *pôr*, que historicamente terminava em *-er* no latim (*ponere*), mas que, em português, sofreu alterações e acabou com a terminação *-or* (*pôr*). Tradicionalmente, ele seria classificado na segunda conjugação, junto com outros verbos em *-er*.

Julio Cezar defende que, em vez de seguir uma regra puramente histórica, a gramática deve refletir como a língua é realmente usada. Assim, ele propõe que o verbo *pôr* e seus compostos (como *supor* e *depor*) sejam classificados em uma quarta conjugação própria, ao invés de agrupá-los com verbos que terminam em *-er* (Souza, 1872, p. 61).

### 4.3 A *GRAMMATICA PORTUGUEZA* E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL

Os saberes acumulados por Julio Cezar Ribeiro de Souza em sua gramática por pouco não caíram no esquecimento e graças ao Grupo GEHLDA (Grupo de Estudo em História do livro didático da Amazônia) gramáticos paraenses que contribuíram de forma massiva para a construção de conhecimentos sobre a língua portuguesa. Nesse sentido, ao observar o horizonte de retrospectiva da gramática de Julio Cezar, nota-se que ele produziu a sua gramática em um período em que o processo de produção de livros didáticos era restrito às normas linguísticas impostas pelo Conselho de Instrução Pública do Pará, devendo-se observar que os livros escolares que não obedeciam às normas da província não poderiam ser utilizados para a instrução, conforme o Decreto 1.331-A de 1854 (Brasil, 1854).

A *Grammatica Portugueza* recebeu a aprovação do Conselho de Instrução Pública da província para ser utilizada na instrução primária. Isso reflete o fato de que ela era adequada para o uso, conforme o art. 8 da lei de 1870. O conteúdo dessa gramática obedecia às exigências normativas da província. Além disso, o autor obedeceu às “sugestões” de mudanças no conteúdo de sua gramática, mesmo não compactuando com muitas dessas normas linguísticas, o que fica evidente em algumas notas de rodapé já apresentadas nesta pesquisa (Pará, 1870).

Dessa forma, observa-se que a *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar, autor paraense, ainda possui características das gramáticas filosóficas. Da mesma forma, a *Grammatica Portuguesa* do autor mineiro, Julio Ribeiro, publicada em 1880 e considerada por vários autores, como Fávero (2002; 2004), o marco do processo de gramatização do português no Brasil também apresenta marcas da gramática filosófica. Contudo, os dois autores criticam várias regras impostas pelo modelo vigente e buscam deslegitimá-las.

Porém, Julio Cezar publicou a sua gramática em 1872, bem antes da publicação da gramática de Júlio César Ribeiro Vaughan de 1881. A gramática de Julio Cezar já apresentava características das concepções científicas, adotando em suas notas de rodapé métodos de comparação com a análise linguísticas de outros gramáticos de sua época, o que reflete uma abordagem histórico-comparativa.

Orlandi e Guimarães (2001) que apresentam o “Programa de Português para os Exames Preparatórios”, elaborado por Fausto Barreto, como o marco do processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil e colocam a gramática de Júlio César Ribeiro Vaughan, autor

mineiro, como a primeira gramática alinhada ao programa de Fausto Ribeiro e, portanto, a elegem como o marco no processo de gramatização do português no Brasil. Cezar. Contudo, antes do programa de Fausto Ribeiro, mais precisamente no início da década de 1870, já há um autor da província do Pará que parece busca romper com as tradições da gramática filosófica. Julio Cezar, gramático paranense, precisou adequar-se às exigências oficiais da província e fazer ajustes a sua gramática, mas em notas de rodapé, posicionou-se sobre normas que achava incoerentes com base no português brasileiro, envolvendo em suas análises pesquisas de diversos gramáticos, uns com quem compactuava das ideias e outros de quem discordava veementemente, fazendo em seu compêndio uma análise histórico-comparativa, envolvendo já o modelo de gramática científica.

A gramática de Julio Cezar apresenta o conteúdo exigido pela Instrução Pública para o ensino da língua nacional e de ortografia como exigido pela Lei de n. 97 de 28 de junho de 1841. Porém, diante de regras da língua portuguesa com as quais não compactuava, o autor foi obrigado fazer uso de notas de rodapé (paratextos) para evidenciar as suas críticas e considerações sobre a língua devido ao fato de a instrução pública não permitir a adição das informações contidas nesses paratextos no corpo da gramática porque fugiam às normas estabelecidas. Nesse contexto, na primeira nota de rodapé, o autor apresenta, em sua gramática, o Particípio como uma espécie distinta de palavra e mesmo não compactuando com essa conceituação é obrigado por lei a respeitá-la. Assim, revela-se a tensão entre a inovação teórica do autor e a necessidade de adequação às normas educacionais, um aspecto importante no estudo da gramática do século XIX, que reflete os debates e as imposições institucionais sobre a descrição e ensino da língua portuguesa.

Na segunda nota analisada, a qual trata das palavras “alguém, outrem e ninguém” como adjetivos e não como pronomes indefinidos, a decisão do gramático paraense de seguir “opiniões mais autorizadas” sugere uma busca por respaldo teórico e legitimidade na sua proposta de organização gramatical, revelando a influência das discussões acadêmicas e normativas sobre o pensamento linguístico da época. Dessa forma, a obra de Julio Cezar reflete o processo de gramatização do português no Brasil, na segunda metade do século XIX, em que as definições e classificações gramaticais vigentes ainda estavam sendo influenciadas por modelos europeus.

A terceira nota que aborda o caso da partícula *se* como pronome indefinido e não como complemento direto. Para Julio Cezar, o *se* deve ser reconhecido como o verdadeiro sujeito da oração. O gramático paraense também destaca que esse erro de análise tem consequências

práticas, como o uso incorreto do plural em frases similares. Assim, conclui-se que o uso do *se* como sujeito é uma questão lógica e gramatical que muitos gramáticos da época não reconhecem devido a uma tradição inflexível e errônea.

Na quarta nota de rodapé, Julio Cezar argumenta sobre o reconhecimento dos artigos como adjetivos determinativos e não como espécie distinta de palavra como defende a tradição gramatical. Portanto, essa discussão reflete os debates gramaticais do século XIX sobre a categorização e a função das palavras, mostrando a busca de Julio Cezar por um entendimento mais lógico e coerente da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que o autor se mantém atento às correntes teóricas influentes de sua época.

Na quinta nota de rodapé estudada, o autor paraense fala sobre as divisões desnecessárias dos verbos ativos em reflexos e recíprocos. Julio Cezar defende que nem a reflexão nem a reciprocidade são atributos intrínsecos aos verbos e que tais classificações são desnecessárias. No entanto, ele admite que inclui essas divisões em sua gramática para evitar controvérsias com os gramáticos de sua época, embora acredite que elas não acrescentem valor real à análise gramatical. Diante disso, sua abordagem revela uma tentativa de simplificar e racionalizar a gramática, afastando-se de categorizações que ele considera redundantes ou pouco úteis.

Na sexta nota, Julio Cezar revela que muitos gramáticos tratam o modo condicional do verbo como um tempo do indicativo. Porém, o gramático paraense não compactua com essa tese. Esta discussão reflete o esforço do autor de questionar as convenções gramaticais de sua época e de buscar uma classificação mais coerente dos modos e tempos verbais. O gramático sugere que o condicional deveria ser visto como um modo distinto, uma vez que suas características fundamentais não se alinham com as do indicativo. Ao destacar essa contradição, Julio Cezar aponta para a necessidade de uma análise mais precisa e lógica das categorias gramaticais, respeitando a função real que cada forma verbal desempenha no discurso.

Na sétima e última nota de rodapé analisada, Julio Cezar defende que a conjugação dos verbos “Partir e Pôr” deveria ser de quarta conjugação e não de segunda, como prescreviam as gramáticas vigentes à época, pois a gramática, segundo o autor, “deve sujeitar-se ao uso” (Souza, 1872, p. 61). O educador paraense critica a ideia de classificar o verbo “pôr” como sendo de segunda conjugação com base em sua terminação histórica em “er”, pois isso, segundo ele, contradiz a autoridade do uso atual da língua. Dessa forma, o autor enfatiza que a gramática

não deve simplesmente rejeitar o que é em favor do que foi no passado, mas sim adaptar-se ao uso contemporâneo.

A *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar representa uma contribuição significativa para o processo de gramatização do português no Brasil. Essa gramática foi um dos primeiros esforços a romper com algumas das tradições estabelecidas pelas gramáticas filosóficas. A importância da obra de Julio Cezar transcende sua conformidade às normas provinciais. Suas notas de rodapé, que expressam críticas a regras estabelecidas, revelam uma abordagem inovadora e, em muitos aspectos, uma antecipação das concepções científicas da linguística. Em suas análises, o autor paraense questiona categorizações tradicionais, mostrando uma tentativa de racionalizar e modernizar o estudo da língua portuguesa. Essa atitude crítica e reflexiva destaca o pioneirismo de Julio Cezar no processo de gramatização do português, ao buscar adequar a teoria linguística à realidade do uso linguístico.

Além disso, a gramática dialoga com outros marcos do processo de gramatização, como a *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro, publicada em 1881, que também desafiava o modelo vigente. Ambos os autores, cada um em seu contexto, contribuíram para o avanço do pensamento linguístico no Brasil, ao criticar e buscar superar as limitações impostas pelas tradições filosóficas. Porém, Julio Cezar deve ser reconhecido como o primeiro a iniciar o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, diante das evidências apresentadas nessa pesquisa.

Assim, a *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar não apenas cumpre um papel fundamental no ensino da língua nacional, conforme as exigências da época, mas também reflete uma tensão entre inovação teórica e adequação às normas educacionais, constituindo-se como um marco relevante no processo de gramatização do português no Brasil.

## 5 CONCLUSÃO

A *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar Ribeiro de Souza, escrita em 1872, é um marco significativo no processo de gramatização do português no Brasil, sobretudo por refletir as tensões e debates linguísticos de sua época. Nesse âmbito, inserida no contexto de uma tradição filosófica greco-latina, a obra é representativa de um período em que as gramáticas impunham modelos fixos de classificação, estabelecendo normas rígidas sobre o que seria considerado *correto* ou *incorreto* no uso da língua. Dessa maneira, Julio Cezar, ao definir a gramática como a arte de falar, ler e escrever corretamente o português brasileiro, reafirma essa perspectiva normativa, embora não se furte a criticar e reformular alguns dos pressupostos gramaticais vigentes.

Em termos de estrutura e conteúdo, a gramática se destaca pela inclusão de notas de rodapé onde o autor expressa sua discordância algumas regras linguísticas estabelecidas pela Instrução Pública do Pará. Essas notas evidenciam um esforço de reflexão crítica em que Julio Cezar se posiciona contra certas tradições gramaticais que, em sua visão, carecem de base lógica ou prática.

A *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar Ribeiro de Souza, insere-se no processo de gramatização do português no Brasil como um exemplo de diálogo entre a tradição e a inovação. Embora ainda mantenha muitos aspectos da tradição greco-latina, a obra introduz questionamentos significativos que antecipam debates linguísticos modernos. Logo, as contribuições do autor, resgatadas e estudadas pelo GEHLDA, mostram-se fundamentais para compreender a evolução do ensino da língua portuguesa e o desenvolvimento da gramática no Brasil. Portanto, ao expor suas discordâncias com a tradição e propor novas formas de classificação, Julio Cezar desempenha um papel crucial na transformação do pensamento gramatical, ajudando a moldar a forma como o português seria estudado e ensinado nas décadas seguintes.

Julio Cezar Ribeiro de Souza, gramático paraense do século XIX, analisa com muita ousadia e propriedade, fatos sobre a gramática da língua portuguesa. As ideias do autor são podem ser classificadas por muitos historiadores das ideias linguísticas como uma análise por um viés científico (termo que surgiu anos depois da publicação de sua gramática em 1872). O espaço de suas notas de rodapé não o limitou para fazer as suas críticas e, mesmo sendo obrigado a adequar o conteúdo de sua gramática às normas linguísticas vigentes na época,

revelou seu lado questionador em relação a determinadas regras da língua. Diante disso, entendemos que o verdadeiro precursor do processo de gramatização do português no Brasil, o primeiro gramático a sair das amarras filosóficas para uma perspectiva científica, foi Julio Cezar Ribeiro de Souza, autor paraense.

A pesquisa sobre a *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar, embora já tenha revelado importantes contribuições para o processo de gramatização do português no Brasil, está longe de se esgotar. A obra, escrita em 1872, ainda guarda nuances e questionamentos que podem ampliar nossa compreensão acerca da evolução da gramática portuguesa e de suas implicações no ensino e na normatização da língua. As reflexões críticas presentes, como a revisão das classificações do particípio e do pronome indefinido *se*, e o posicionamento inovador do autor em relação à lógica gramatical de sua época, são apenas exemplos de como essa gramática desafia o pensamento tradicional e abre caminhos para novas interpretações.

Nesse sentido, estende-se o convite para que outros pesquisadores se debrucem sobre essa obra pioneira, que, ao mesmo tempo em que dialoga com a tradição greco-latina, traz à tona debates que antecipam discussões modernas sobre a língua portuguesa. Há ainda muito a ser explorado no campo da História das Ideias Linguísticas, especialmente no que diz respeito às propostas de Julio Cezar que rompem com o pensamento normativo de seu tempo. O aprofundamento dessa investigação não só enriquecerá o estudo da gramatização no Brasil, mas também contribuirá para novas perspectivas sobre a trajetória do ensino da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

AUROUX, Sylvain. **A “hiperlíngua” e a externalidade da referência**. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 241-251.

AUROUX, Sylvain. **L'histoire de la linguistique**. In: AUROUX, Sylvain; CHEVALIER, Jean-Claude (Dir.). **Histoire de la linguistique française**. Langue française, n. 48, p. 7-15, 1980.

BARROS, Nilvane de Souza Oliveira; DUARTE, Raimunda Dias. **A Grammatica Portugueza do Paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza no cenário da Instrução Pública no Pará no século XIX**. In: DUARTE, Raimunda Dias; MELO, Rosane Barros de (org.). **A história do livro do Pará: gramáticas e livros de leitura (1850 a 1920)**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A formação para o ensino mútuo no Brasil: o “Curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (3): 95-119, abr. 1998.

BRASIL. Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854. **Approva o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de Primeiras Letras**. Disponível em: <https://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

COLOMBAR, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

COUTINHO, C. **O ensino da língua portuguesa no Império e na Primeira República**. v. 12, n. 1, p. 1–22, 1 jan. 2023.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo. **A incrível trajetória de Julio Cezar Ribeiro de Souza, o brasileiro que, sem esmorecer, enfrentou inúmeros desafios para provar a autoria do**

**consagrado sistema de direção de balões.** Belém: UFPA, nov., 2004. Disponível em: <https://fisescola.ufpa.br/images/Artigos/dirigivel-publicado.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. **Paraenses Ilustres.** 3. ed. Pará: Conselho Estadual de Cultura. Belém, Pará, 1970.

**Documentos da História da Educação Paraense.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. esp., p. 286-332, out. 2011 - ISSN: 1676-2584.

DUARTE, Raimunda Dias. **As pesquisas em história do livro na Amazônia: a gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872).** In: DUARTE, Raimunda Dias et al. (org.). **A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 127-148.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de Leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre a educação de meninos, civilidade e moral cristã.** Raimunda Dias Duarte/ Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FÁVERO, L.; MOLINA, M. **As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, L. **A gramática portuguesa de Júlio Ribeiro.** Revista da Anpoll. São Paulo, n. 13, p. 73-88, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes. **A produção gramatical brasileira no século XIX - da gramática filosófica à gramática científica.** In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso.** São Paulo: Editora da Universidade Federal do Pará. 2000. p. 181-191.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A G. **História das idéias linguísticas: origem, métodos e limitações.** Rev. ANPOLL, n. 16, p. 131-146, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/289935298>. Acesso em: 03 abr. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GOOGLE. **Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Julio Cezar.** Google Maps. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/qSQuURrSbR7DVqgA9>. Acesso em: 20 out. 2024.

LEITE, Marli Quadros; PELFRÊNE, Arnaud. *Compendio da Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*: Padre Antonio da Costa Duarte. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

SOUZA, Julio Cezar Ribeiro de Souza. **Grammatica Portugueza para escolas primárias**. Belém: Tipografia Commercial de Francisco Costa Junior, 1872.

MORAES, Jorge Viana de. **Unidade na diversidade: as ideias de Serafim da Silva Neto como subsídios para a constituição de uma teoria da variação linguística**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2016.

MOREIRA, Eidorfê. **O livro didático paraense: breve notícia histórica**. Belém: Imprensa Oficial, 1979.

ORLANDI, Eni P. **História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. organizada: - Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. 300p.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES. **Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil**. In: ORLANDI, Eni P. **História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. organizada: - Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 21 a 38.

PÁDUA, E. M. M. de. **O processo de pesquisa**. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 1997. p. 29-89.